

GT- TEORIA FEMINISTA

ADRIANA VIDAL DE OLIVEIRA

A teoria de Judith Butler: implicações nas estratégias de luta do movimento feminista

GLEIDSMARA CARDOZO FRANZONI

O feminismo e a construção do conceito de gênero

GUSTAVO DO REGO BRIVIO

Uma visão crítica do debate entre Tilly e Scott

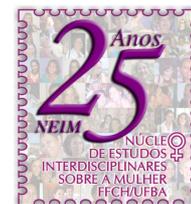
RITA DE CÁSSIA SANTOS

O patriarcado metamórfico e o conceito de gênero

SIMONE ANDRADE TEIXEIRA

Epistemologias feministas, os direitos sexuais e os direitos reprodutivos das mulheres

GT - Teoria Feminista
Adriana Vidal de Oliveira¹



A teoria de Jundith Butler: implicações nas estratégias de luta do movimento feminista

O principal objeto de reflexão do texto é a construção teórica formulada por Judith Butler e sua contribuição para reorganizar as lutas minoritárias, especialmente os mais diversos ramos do movimento feminista. As lutas do feminismo e entre os feminismos demonstram o quanto o tema “feminismo” é complexo, na medida em que a partir de um mesmo problema surgem as mais diversas correntes do feminismo, passando pelo de mulheres negras, o de brancas heterossexuais, o de homoafetivas, o feminismo liberal e o de raízes socialistas demonstrando como essas estruturas de dominação podem ser interligadas.

A teoria desenvolvida por Butler apresenta uma perspectiva interessantes em relação a dois conceitos constantemente retomados pelo feminismo e um derivado da linguagem, porém com consequências políticas relevantes, sendo eles respectivamente: *mulher*, *corpo* e *atos performativos*. Eles são fundamentais ao pensamento de Butler para identificar na trajetória do movimento feminista o que pode ser considerado uma certa estagnação nas lutas feministas, ou, até mesmo, um “rumo equivocado”² e a retomada do processo liberatório. A autora conseguiu projetar a sua teoria com a obra *Gender Trouble: feminism and subversion of identity*, em 1990. A discussão aqui apresentada se dará a partir desse marco, para posteriormente apontar em que níveis essa teoria pode contribuir para os movimentos minoritários e auxiliar na apropriação e inovação de mecanismos institucionais, como o Direito.

¹ Mestre e Doutoranda em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio.

² Referência à obra da autora Elisabeth Badinter. *Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Os fundamentos da Teoria *Queer*: uma perspectiva inovadora sobre o feminismo

A estrutura da obra que funda a Teoria *Queer* tem como pilares para as críticas elaboradas por ela alguns grandes temas: o problema do termo mulher e da utilização do sexo e do gênero como pontos centrais do feminismo e a estrutura heterossexual como paradigma do feminismo. O primeiro alvo de Butler diz respeito à utilização da mulher como centro dos esforços do feminismo. A princípio, tal entendimento parece não fazer sentido, especialmente porque o termo “mulher” deu uma coesão ao movimento, quando ele conseguiu ganhar projeção. Há ainda um problema conexo a esse colocado pela autora. A mulher foi considerada no desenvolvimento da teoria feminista o sujeito em busca da representação política. A pretensão ao defender a representação da mulher e sua constituição como sujeito político é a conquista de uma maior notoriedade e visibilidade. Porém, a possibilidade do sujeito protagonizar processos de liberação é questionada pela autora, afetando a representação que dele decorre.

A categoria denominada “mulher” é produzida pela mesma estrutura da qual pretende se emancipar. A lei produz a noção de um sujeito anterior a ela, que tem como característica ser excludente, para ser representado no sistema jurídico e no sistema político e dar legitimidade a ela. Seguindo esse raciocínio típico do liberalismo e muito explorado nas teorias do contrato social, Butler³ afirma que, se o feminismo trabalha com a concepção de um sujeito específico, ele trabalha com uma categoria excludente. A autora tece críticas ao conceito de sujeito, ressaltando que a crítica não serve para negá-lo e sim para questionar o seu status como premissa⁴. A desconstrução do termo sujeito sugerida por Butler serve para abrir possibilidades de novos usos para o termo, ou construções subversivas. O sujeito é construído pelo poder a partir de diferenciações e exclusões realizadas por um aparato de repressão, o que não significa que ele

³ BUTLER, Judith, *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 5.

⁴ BUTLER, Judith, *Contingent Foundations*, In BUTLER, Judith, SCOTT, Joan W. (ed.) *Feminists theorize the political*, p. 9.

seja determinado, uma vez que se trata de um processo contínuo. Por isso ele não pode ser um ponto de partida ou um produto. Eles não são um dado construído a priori.

A utilização do termo “mulher” como sujeito do feminismo implica na presunção de uma identidade, com modelos previamente estabelecidos e fixos⁵. Nesse sentido, categorizar alguém como mulher não é o suficiente, pois esse alguém vai muito além do gênero que lhe é previamente imputado. Primeiro pelo fato da abordagem acerca do próprio gênero e suas características variar no curso da história e de uma sociedade para outra, segundo por ser uma questão que se relaciona com outros temas, como raça, classe e opção sexual. Portanto, não faz sentido para a autora estabelecer uma fundamentação universal para o feminismo, ou outro movimento de minorias. É inviável a defesa de uma identidade universal que ultrapasse as diversas barreiras culturais e faça frente a um único inimigo, configurado por uma forma de patriarcado igualmente universal, que sempre esteve presente. A universalização do patriarcado reduz as distintas formas em que são estabelecidas a assimetria entre os gêneros nas diferentes culturas. Elas são configurações muito peculiares de dominação, e talvez não seja adequado equipará-las, como se todas fizessem parte da mesma estrutura de poder chamada patriarcado. Há outro problema, pois na medida em que se estabelece uma inevitabilidade do patriarcado como uma grande força que se opõe a essa identidade mulher, ele deixa de ser histórico e passa a ser uma dominação inevitável. Essa é uma forma de atribuir força e maior importância a ele⁶. Além disso, é necessário ter um cuidado ao se analisar teorias que defendem um matriarcado anterior ao patriarcado. Segundo Butler, o antes é sempre uma forma de se justificar interesses atuais ou futuros, com a estratégia de uma narrativa pré-

⁵ A discussão sobre a identidade é muito bem trabalhada pelos autores Antonio Negri e Michael Hardt na obra *Império*, ao tratar da formação do Estado Moderno. Os autores observam que a identidade é um termo que vem de um processo de exclusão e de padronização, mas o que denominam multidão já é algo distinto, pois considera partilha e singularidade. Cf. HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Império*, pp. 88-108 e HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Multidão: Guerra e democracia na era do Império*, p. 282.

⁶ BUTLER, Judith, *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 45.

histórica. A partir do momento em que se recorre a uma feminilidade genuína, não há um tratamento cultural às questões de gênero⁷.

Como ressalta Butler, o esforço de se forjar um conceito de mulher estável, compartilhado de forma generalizada persistiu. Apesar de ter sido criada com o intuito de liberá-las, ela não consegue atingir seu objetivo. A identidade feminina compartilhada por todas as mulheres bem como a opressão masculina esquece a importância de outras formas de dominação. Não se pode determinar um grau de importância entre a opressão de sexo, classe, raça, opção sexual ou qualquer outra, na medida em que há interseção entre elas, e tal fato é evidente na realidade brasileira. Nesse sentido, também não é adequado defender uma identidade feminina compartilhada por todas as mulheres, pois essa identidade é mais um mecanismo de padronização da conduta da mulher⁸. É necessário realizar críticas às identidades, que instauram a naturalização e imobilizam os movimentos, para que o feminismo possa surgir fundado em pilares diferentes e se libertar da construção de uma única identidade, um modelo de mulher que exclua as demais.

Costuma-se entender que a unidade é necessária para as ações políticas e, por isso, ela deveria ser um requisito prévio para as mobilizações. Como observa Butler, deve-se pensar sobre que espécie de ação política exige tal unidade, uma vez que as divergências e as fragmentações fazem parte da democratização. As contradições não são impedimento para as ações políticas. A própria preocupação

⁷ BUTLER, Judith, *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 46. Pode-se reforçar essa consideração da autora acerca de uma narrativa pré-histórica retomando as críticas feitas ao contratualismo a partir da teoria de Carole Pateman na obra *The Sexual Contract*, quando menciona que a estratégia contratualista, apesar de ter um discurso aparente de uma teoria da liberdade, na verdade serve para justificar a dominação existente na sociedade.

⁸ É interessante observar que na verdade a defesa de uma feminilidade inata, de uma essência tipicamente feminina passiva, pacífica e moralmente superior representada nas e pelas mulheres é um mecanismo que também serve para não somente estabelecer uma conduta específica para mulheres que seja socialmente adequada e correta, como também para responsabilizá-la de forma mais intensa, na medida em que ela representa e carrega a honra e a reputação dela e da família ou da comunidade, enquanto que o homem seria somente responsável pela sua própria honra. Sendo assim, qualquer conduta praticada por uma mulher que viole as regras sociais e morais de uma comunidade passa a ter uma gravidade maior do que a mesma violação cometida por um homem, afinal, a natureza ou a essência dela seria mais passiva e pacífica. Esse tema é muito bem trabalhado pela autora Carol Pateman, especialmente quando trata do contratualismo de Rousseau. Cf. PATEMAN, Carol. *The sexual contract*.

com o diálogo deve ser repensada, pois ela também decorre de condições históricas. Esse reconhecimento implica em realizar considerações sobre a eficácia do diálogo, uma vez que enquanto uma das partes pensa estar havendo uma conversa, a outra pode ter certeza dessa impossibilidade⁹. O modelo do diálogo pode cair na armadilha liberal, que entende que todos que falam têm exatamente o mesmo lugar e partilham uma mesma concepção de consenso e unidade. Existem relações de poder limitando o diálogo. O termo mulher não precisa ganhar uma identidade para que seja completo. Ele não necessita ser preenchido. Quanto mais incompleto ele for, maior será a possibilidade dele ser aberto às mais variadas contestações. As identidades são constituídas e dissolvidas segundo as necessidades de cada ação, em si mesmas são vazias de conteúdo.

A diferença realizada tradicionalmente entre sexo e gênero ainda reforça uma solidariedade e uma aparente identidade entre as mulheres. O sexo, nesse sentido, é compreendido como um fator biológico, enquanto que o gênero é a cultura que o corpo sexuado toma para si. Essa teoria feminista sugere que há uma distância entre os corpos sexuados e a cultura que funda os gêneros. O sexo seria anterior à lei, decorrente da natureza e indeterminado tanto pela política quanto pela cultura, já o gênero seria a subordinação social instaurada sobre ele. Uma fêmea passaria a ser uma mulher, categoria subordinada pela cultura. Haveria, portanto, a possibilidade da construção de um homem não ocorrer somente em um corpo masculino, assim como a mulher não necessariamente ser interpretada por um corpo de uma fêmea? Dificilmente essa hipótese seria cogitada, mostrando que o próprio sexo é fruto de uma construção cultural, que atribui habilidades específicas a cada um. Uma outra questão que aparece nessa discussão diz respeito à forma como o sexo e o gênero são atribuídos, como a dualidade entre os sexos foi instaurada. A naturalidade do sexo, envolvendo anatomia, hormônios e cromossomos tem uma história e Butler ressalta que ela foi

⁹ Uma perspectiva conflitiva da democracia e muito crítica aos autores do consenso é a de Jacques Rancière, em *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

construída por um discurso científico segundo interesses sociais e políticos¹⁰. A característica de imutabilidade do sexo em oposição ao gênero, tipicamente cultural, é colocada em xeque, passando a ser também cultural. Na verdade, a criação do gênero foi a forma pela qual o poder conseguiu naturalizar o sexo, colocando-o antes da cultura.

A autora questiona, a partir da diferença entre sexo e gênero aceita no feminismo, se o gênero como resultado de uma construção cultural poderia ser constituído de outra forma, se seria viável uma ruptura ou se ele está atrelado a um determinismo social. A noção de que o gênero é construído pela cultura e imposto sobre um corpo passivo, que somente se diferencia pela anatomia, também torna o gênero algo inexorável, com uma diferença em relação ao sexo, pois no caso, o destino não é imposto pela biologia, e sim pela cultura. O corpo fica restrito à mera passividade, sendo o local onde a cultura atribui seus significados de acordo com aquilo considerado mais apropriado. A autora ressalta, no entanto, que o corpo em si é uma construção, não possuindo qualquer significado que seja anterior à atribuição do gênero¹¹. A idéia de que o sexo é anterior, inerente aos corpos, é fruto da construção do gênero, produzido pela cultura.

A identidade não é uma descrição da realidade, de uma condição específica, ela é uma imposição normativa, um mecanismo responsável por garantir a perpetuação do sexo e do gênero de uma forma bastante estável. As práticas que regulamentam o sexo ditam uma suposta verdade sobre ele e sobre o gênero para formar identidades que sejam coerentes. Nesse sentido, a fundação do desejo heterossexual exige uma relação de oposição, e discretamente assimétrica, entre o feminino e o masculino, criações culturais para atribuir determinadas características aos machos e às fêmeas como inatas. Esse modelo serve para medir quais identidades existem e quais não devem existir, impondo regras e significados para as formas de sexualidade. A heterossexualidade entendida como

¹⁰ BUTLER, Judith, *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 10.

¹¹ "Sometimes they forget that the body comes in genders". BUTLER, Judith, *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*, p. ix

algo natural e compulsório no ser humano induz a uma sexualidade dual, conectando os termos sexo, gênero e desejo.

Porém, as anomalias insistem em deixar claro que há limites na regulamentação, que a identidade estabelecida para a imposição do gênero não é suficiente para fazer com que haja uma obediência ampla às normas sobre gênero e sexualidade. As subversões produzidas por elas provocam uma desordem no gênero. As tentativas de se regulamentar o sexo a partir de um sistema baseado no dualismo se prestam a frear a subversão da multiplicidade na sexualidade, que afetam não somente o paradigma heterossexual, como o médico e o reprodutivo. A identidade não somente garante a perpetuação, como também depende dessa estabilidade para continuar existindo, caso contrário sua estrutura é abalada. Tal hipótese ocorre quando alguns aparentam um determinado sexo, mas não se conformam às regras culturais atribuídas a eles. Os exemplos são os homoafetivos e também mulheres e homens heterossexuais que questionem os papéis atribuídos a eles pela identidade¹². Essas hipóteses são exemplos de combate ao paradigma tradicional de família e, por conseqüência, à identidade¹³.

Sexo e gênero, assim como o sujeito, não existem em um formato prévio, não são um dado, eles são constituídos ininterruptamente com a performatividade sob a incidência dos processos regulatórios para impor a coerência estabelecida pela cultura no que diz respeito a sexo e gênero. O gênero é performativo, pois

¹² Um exemplo clássico é o das mulheres nos períodos das Grandes Guerras, que ingressaram no mercado de trabalho em virtude de uma necessidade social e que depois se recusaram a devolver seus postos aos homens. Essas considerações acerca do papel da mulher ao longo das Grandes Guerras são muito bem trabalhadas ao longo da obra de Marlene LeGates, *In their time: a history of feminism in western society*, New York and London: Routledge, p. 281 a 321. Outra questão é a luta para que as atribuições com a família e com a casa sejam compartilhadas por ambos e também os mais recentes movimentos em relação ao maior envolvimento dos pais na criação dos filhos.

¹³ A autora recebeu muitas críticas após o lançamento da obra que deu origem à Teoria *Queer* em virtude de confusões em sua interpretação. Butler afirma que *Gender Trouble* decorreu mais de sua experiência como militante do que de sua experiência como acadêmica. A autora tinha como um dos principais alvos o modelo heterossexual que vigorava como paradigma do feminismo. Porém, sua construção teórica não abarca somente o comportamento homoafetivo como única fonte de subversão, ao contrário, seu esforço foi justamente mostrar que os homossexuais são também fonte de subversão. Em nenhum momento a autora afirma que a única saída para romper o modelo dominante é se transformar em lésbica ou gay, como faz a teoria de Monique Wittig, criticada por Judith Butler. BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 154.

constrói a identidade que lhe é proposta. Essa construção permanente não é protagonizada por um sujeito preexistente, já que o próprio sujeito também está em constante construção e não é nunca concluído. Se o gênero é algo construído de forma permanente pelo poder a partir de práticas regulatórias e de repetição que impõem uniformidade no comportamento, resta saber como seriam as repetições subversivas, que podem problematizar a identidade forjada para regulamentar a sexualidade. As relações de poder estabelecidas pelas ciências biológicas, como ressalta a autora, são bastante fortes na definição e naturalização das identidades e diferenças e a ruptura desse aparato não será fácil¹⁴.

Colocadas as principais questões em relação ao modelo identitário, cabe ainda fazer uma análise breve acerca da representação da maternidade, uma vez que o feminismo de origem maternal foi considerado uma das principais correntes da chamada primeira onda. Butler aborda e critica a concepção acerca da maternidade e sua relevância para a mulher a partir da teoria de Kristeva, considerando que a última trabalha com uma concepção de corpo materno anterior ao discurso. O corpo materno para Kristeva é um dado prévio no qual a cultura se fundamenta e elabora todos os significados a partir dele. Ele seria o ponto de partida do discurso, a origem implícita de toda a cultura. Porém, para Judith Butler essa anterioridade não é possível. Retomando o argumento de Foucault, Butler afirma que a defesa da anterioridade do corpo materno é uma estratégia para que as relações de poder que produzem esse corpo se ampliem, forjando uma origem fora delas. Na verdade, o corpo materno é uma consequência da regulamentação da sexualidade, que compreende o corpo da

¹⁴ Houve um esforço na trajetória histórica para traçar um perfil de mulher voltado para a esfera doméstica, para os cuidados com a família, com os filhos e sua honra. A preocupação com a naturalização dessa perspectiva foi bastante forte. Porém, tanto não é um aspecto natural da mulher, que já no início da Idade Média havia resistência. Cabe ressaltar que a resistência é prévia ao poder, pois se ela não existisse, não haveria a necessidade de se forjar um controle sobre aqueles corpos. Se fosse natural, não haveria necessidade da construção de todo um aparato de controle para garantir o desenvolvimento da mulher de acordo com o ideal identitário constituído pela cultura.

mulher como feito para a maternidade, como sendo esta a sua essência, o seu destino e o seu maior desejo¹⁵.

Não é tão simples defender essa compreensão acerca da maternidade e, nesse aspecto, as críticas de Butler são bastante pertinentes. A maternidade estava longe de ser a essência da mulher. As mulheres que fugiam de suas famílias na Idade Média para os conventos, por exemplo, o faziam justamente por não estarem satisfeitas com a proposta da vida conjugal e familiar daquela época. Os conventos eram mais atrativos, especialmente no primeiro momento, em que os mosteiros eram mistos e muitos controlados por mulheres, que administravam cidades próximas a eles e que podiam pregar da mesma forma que os homens. Muitas deixavam até mesmo sua própria família, seus filhos para a dedicação à vida religiosa. Desde as origens do(s) feminismo(s) aconteceram grandes disputas sobre formas de vida alternativas às que insistiam em apresentar como padrão às mulheres de acordo com as especificidades de cada momento¹⁶. Se fosse parte de uma essência feminina, não haveria necessidade do aparato de poder, inclusive no que se refere às propostas posteriores de educação das mulheres, fundadas na teoria de Rousseau, com o objetivo de naturalizar valores¹⁷.

¹⁵ BUTLER, Judith, *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, pp. 117-118. É importante ressaltar que esse tipo de discurso acerca da anterioridade do corpo materno desconsidera completamente as mulheres que, por exemplo, não possuem o corpo talhado “naturalmente” para a maternidade, como as que têm algum tipo de problema que as impossibilitam de engravidar.

¹⁶ É necessário ressaltar o mérito da análise histórica realizada por Marlene LeGates ao trabalhar com as subversões conduzidas pelas mulheres, identificando o início do cristianismo como um momento em que muitas passavam a ter uma opção além dos casamentos arranjados pelas famílias. Nesse sentido, a vida nos mosteiros era uma alternativa considerada, já que representava a possibilidade de estudo que essas mulheres passariam a ter, especialmente considerando que muitos mosteiros quando surgiram eram mistos e não possuíam qualquer hierarquia de gênero, bem como possibilitavam uma vida mais pública a elas, já que muitas podiam viajar pelo mundo fazendo pregações e a participação na administração das cidades em que eram estabelecidos esses mosteiros.

¹⁷ É interessante observar que Rousseau, no texto *Emílio*, ao mesmo tempo em que prevê a educação de uma criança (menino) para se tornar um cidadão exemplar, também indica como deve ser a educação da futura esposa de Emílio, Sofia.

A apropriação dos atos performativos: uma possibilidade subversiva

Uma das principais preocupações da autora diz respeito às diferenças instituídas entre sexo e gênero, para provocar uma generalização e uma existência prévia do corpo em relação à sexualidade, a partir do sexo. Em outras palavras, o tratamento passivo do corpo, como algo anterior ao discurso que irá receber as inscrições da cultura sobre ele. Essa é uma estrutura oriunda do pensamento Cartesiano, com os dualismos cultura/natureza e mente/corpo, e uma perspectiva do corpo como algo insignificante, sem relevância ou ainda como algo profano e campo de uma suposta essência feminina, até o reforço ocorrido ao longo do século XIX com a influência da biologia.

O próprio Foucault acaba recorrendo a esse mesmo mecanismo de interpretação do corpo como algo passivo, que será necessariamente subjugado, como o local em que a história irá inscrever seus valores e significados na medida em que são construídos e destruídos, em alguns momentos de sua obra, conforme ressalta Butler¹⁸. Nesse sentido, ela também reconhece em Foucault uma abordagem do corpo como uma página em branco, a ser preenchida pela história e pela cultura. Apesar de Foucault estabelecer que esse corpo existente deve ser completamente destruído para que as inscrições sobre ele tenham um significado, para que os valores consigam prevalecer, há uma manutenção de um corpo definido ou limitado anterior aos significados que serão a ele atribuídos a partir de um movimento de fora para dentro.

A diferença entre o externo e o interno, bem como os limites aos quais o corpo é submetido são impostos através da estratégia da identidade. A identidade consiste nas repulsas que são provocadas a partir de criações hegemônicas sobre o sexo, a sexualidade, a raça, enfim, sobre os mais diversos agrupamentos forjados pelo poder, com o objetivo de excluir algumas categorias, criando, dessa forma, a figura do Outro, daqueles que estão fora. A repulsa consolida identidades, cria, exclui e regula para dominar e controlar, em um esforço para que as diferenças entre o externo e o interno sejam perpetuadas. Para que isso fosse

¹⁸ BUTLER, Judith, *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 165.

passível de realização, seria necessário que os corpos fossem completamente impermeáveis, e não é assim. A estabilidade que torna viável a manutenção do interno e do externo é imposta pela cultura, que estabelece uma ordem e uma sanção para que ela não seja violada e para que a diferenciação seja mantida. O procedimento identitário é considerado por Butler fundamental para compreender o motivo pelo qual a última tece críticas tão árduas aos movimentos minoritários que insistem em afirmar a identidade.

As categorias do sexo, do desejo e da sexualidade deveriam se manter em uma relação coerente, segundo os parâmetros estabelecidos pelo modelo. Porém, essa estabilidade não consegue se sustentar. Os corpos promovem a desordem nesse modelo criado para regulá-los, fazendo com que ele perca sua força normativa no campo da sexualidade. Os processos de identificação são forjados para que a coerência seja mantida, fazendo uso de uma série de significações corporais, de atos e gestos que dão uma aparência de essência do corpo, de algo interno a ele, mas que estão de fato em sua superfície.

Os gestos sugerem uma identidade prévia, inata, porém, eles não fazem isso de forma clara. São os chamados atos performativos e a essência ou a identidade que tanto pretendem manifestar na verdade são fruto de criação da cultura, que se utiliza do discurso e dos sinais produzidos pelos corpos. Nesse sentido, Butler conclui que os corpos são performativos, oriundos dos atos que produzem suas realidades. A ordem e a organização criadas a partir do gênero que ganham uma aparência de inerentes ao ser humano são meras ilusões que servem para regular e controlar a sexualidade, em um esforço de se deslocar uma criação política para a noção de essência. O gênero verdadeiro do qual alguém faz parte não passa de uma fantasia registrada sobre o corpo de forma superficial. O gênero é simplesmente produto de um discurso de identidade instaurada pelo poder a partir de um determinado momento.

A teoria de Butler não foi bem recepcionada no meio feminista por dois motivos. O primeiro seria um entendimento acerca dos *drags* e dos transformistas como uma espécie de degradação da mulher e o segundo porque tais comportamentos seriam apenas uma apropriação dos estereótipos estabelecidos

em relação aos papéis atribuídos a cada gênero a partir do modelo heterossexual¹⁹. Tal crítica do feminismo vislumbrava atingir os casais de lésbicas que adotavam os padrões masculino e feminino.

A autora responde a essas críticas reconhecendo uma maior complexidade nas noções de imitação e de originalidade estabelecidas como parâmetros pelo feminismo para desconsiderar a paródia das *drags*. O comportamento desses grupos expõe de forma clara a possibilidade de se provocar uma ruptura entre a primeira identificação, ou seja, aquela estabelecida como originária a partir da relação entre sexo e gênero, e a experiência de gênero, pois esta pode ser vivenciada de forma diferente. A paródia está justamente na cisão entre a anatomia de quem realiza a performance e o gênero exibido. A divergência é entre o sexo e o gênero e entre o gênero e a performance. *Drags* podem até mesmo criar uma figura unificada de mulher, porém, é uma figura que desmascara os processos de naturalização e de regulação desencadeados pelo gênero.

Nesse sentido, a coerência entre sexo e gênero estabelecida pelo parâmetro da heterossexualidade e da reprodução é rompida e, em seu lugar, surge uma concepção desnaturalizada dos dois através das performances. Não é somente o modelo de relação heterossexual que é questionado e sim todas as divisões sociais e de trabalho que decorrem dessa suposta relação complementar necessária imposta pelo modelo reprodutivo, que atribui papéis diferentes de acordo com o sexo. Esses papéis instituídos foram questionados das mais diversas formas ao longo da história do feminismo, em um esforço do poder constituinte em persistir na liberação da mulher. Porém, não há dúvida da radicalização que a Teoria *Queer* constata nas experiências *drags*, e não é por outro motivo que ao longo do feminismo muitas mulheres sentiram a necessidade de se passarem por homens para que a realização de seus projetos de vida, utilizando a performance como uma linha de fuga. O deslocamento propiciado pelas performances cria identidades fluidas, abertas e fáceis de abordar contextos diferentes. A paródia promovida por elas tem a função de desconstruir a noção

¹⁹ BUTLER, Judith, *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 174-175.

essencialista de gênero. As performances partem de noções hegemônicas, mas permitem a desnaturalização delas.

A subversão não decorre diretamente da paródia. Por isso, é importante perceber o que faz de uma paródia uma repetição que contribui para causar distúrbios na concepção de gênero e o que faz uma repetição ser meramente a reprodução da cultura hegemônica. Esse aspecto irá variar de acordo com o contexto no qual a subversão e as confusões causadas por ela serão promovidas. Reconhecer quais performances irão transtornar o paradigma do gênero e sua naturalização e quais irão afirmar o masculino e o feminino contribuindo para sua estabilização pode ser complicado. Para Butler o corpo não é um ser constituído e sim uma superfície cujos limites e o grau de permeabilidade serão regulados pelo poder, segundo os significados impostos pelo gênero e a hierarquia por ele estabelecida e pela heterossexualidade. A questão é em que momento se apropriar da permeabilidade dos corpos para inovar. Não seria possível afirmar que um gênero constitui o interior dos corpos. Os gêneros dos corpos, de acordo com a autora, são tão numerosos quanto os mais variados estilos de carnes²⁰.

O gênero é um ato, no sentido de ser necessário para que ele se estabeleça uma performance repetida diversas vezes. Por sua vez, as repetições são as mesmas vivências sociais com significados já estabelecidos. Elas promovem a legitimidade dele. A performance, nesses casos, se desenvolve com o objetivo de manter o dualismo no gênero, de forma estratégica, para que fique claro que ele não é um atributo dos sujeitos e sim os forma e consolida. Butler coloca ênfase no fato do gênero não ser uma identidade estável dos quais os atos irão decorrer de forma natural. Ao contrário, ele é construído historicamente a partir de uma série de atos.

A identidade de gênero é estabelecida por uma série de atos estilizados, de repetições e de gestos no tempo e não por uma identidade fundadora. Esses mecanismos de atos e gestos fazem a aproximação com a suposta essência. Porém, há sempre o risco de ser percebida a contingência dessa identidade. É nesse momento que Butler vislumbra a saída para tal situação. As transformações

²⁰ BUTLER, Judith, *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 177.

que podem ocorrer nas relações de gênero devem se apropriar do momento em que é constatada a arbitrariedade e a atribuição aleatória desses atos. Assim, a repetição pode ser falha ou deformada a partir das paródias, mostrando a construção do gênero pelo poder²¹. A falha na repetição pode significar uma apropriação dos diversos mecanismos institucionais, para inovar neles, e o Direito não escapa a essas apropriações inovadoras

As superfícies do corpo sofrem uma atuação no sentido de naturalizá-las. Porém, essas mesmas superfícies são o lugar adequado para que as performances que irão desnaturalizá-las sejam exercidas. As paródias podem ser um recurso subversivo, para que tudo aquilo considerado original e real passe a ser um efeito. Assim, as normas de gênero têm sua estrutura abalada. A consequência é a multiplicação de diversas categorias de gênero, bem como o distúrbio causado na identidade e a derrocada do gênero como essência, como algo localizado no interior do corpo.

O feminismo, assim como outros movimentos de minorias, parece ter quase sempre feito uso do apelo da identidade para as suas lutas, com a necessidade de se definir o seu sujeito, a mulher. Esse apelo ora reuniu ora causou diversas rupturas no movimento, fazendo surgir as mais diversas correntes que abarcavam outras identidades também forjadas pelo poder. A autora observa que, na medida em que a identidade passa a ser considerada um efeito, e não mais a origem, uma possibilidade que estava fechada pelas teorias que consideram a identidade como algo fixo é agora aberta. A identidade deixa de ser uma completa fatalidade e pura arbitrariedade. A partir dessa desconstrução realizada pela autora, há a possibilidade de novas construções, inclusive jurídicas, que irão atender melhor às necessidades do movimento feminista.

Por esse motivo, o feminismo não deve se preocupar em ficar fora das identidades forjadas pelo poder, já construídas. Isso iria fazer com que ele se perdesse, inclusive, de suas questões culturais locais que devem ser trabalhadas, fazendo com que um sujeito universal fosse também forjado, retornando, dessa forma, às estratégias de dominação que criticam muito bem. Sua principal

²¹ Idem p. 179.

preocupação, ressalte-se, bastante complexa, é procurar estratégias de repetições subversivas que são viabilizadas ou mesmo permitidas pelas incoerências internas da própria tentativa de estabilização das identidades. Isso é o que a autora denomina como “possibilidade imanente de contestação”.

A repetição dos atos performativos não é uma escolha, ela acontece em função da reprodução das identidades. Portanto, a questão não está no plano da possibilidade ou não de uma repetição e sim na forma pela qual essa repetição irá ocorrer para que as normas de gênero sofram um deslocamento, possibilitando que os gêneros sejam proliferados. Sendo assim, a principal questão do feminismo é saber se apropriar novamente desses momentos para que as barreiras instituídas pelo gênero, possam ser absorvidas pelos atos performativos subversivos - poder constituinte - e transformadas em processo de liberação da mulher, com toda a fluidez e amplitude que o termo “mulher” possa alcançar.

Segundo Butler, as perguntas que devem pautar o feminismo para que ele consiga promover as transformações sociais são aquelas que refletem preocupações acerca da própria sobrevivência da mulher. Sendo assim, são questões que pensam sobre as formas de vida consideradas como vida pelo poder, e de quem é o privilégio de viver, bem como tudo aquilo que leva à definição de seu início e fim e quais são as estratégias para que uma vida seja jogada contra outra. Além disso, devem ser consideradas também as discussões sobre as condições e os significados nos quais elas devem surgir e quem deverá ser designado para cuidar delas assim que surgem, bem como quem deverá cuidar da vida da mãe e quais são os valores que irão tutelá-la. Por fim, a última questão trabalhada sobre o tema é no sentido de produzir uma reflexão sobre a morte daqueles que não se ajustam ao gênero ao qual deveriam pertencer, segundo as normas por ele estabelecidas. Estão incluídas nessa última questão as formas de contestação do modelo instituído pelo gênero e os papéis atribuídos a cada um a partir dele. A proposta é pensar sobre como a vida é organizada pela cultura, como são estabelecidos os valores e as normas que regulam o corpo e como surgem novos valores e normas que alteram a estrutura dos antigos. Cabe ressaltar que, ao contrário do que se pensa em relação à Judith Butler, ela

entende que a normatividade é importante e inevitável, a questão colocada é justamente quais são as normas e quem as produz, como elas são produzidas e quem define as suas finalidades²². A normatividade não é nenhum mal em si mesma.

A autora aborda a normatividade a partir de um duplo sentido, ora é uma aspiração social, um norte para as ações e relações sociais, ora diz respeito ao procedimento que normaliza e estabelece de forma coercitiva o desenvolvimento dos homens e das mulheres a partir dos modelos. Essas normas são responsáveis por governar a vida e definir homens e mulheres. A norma promove uma união, porém, essa união ocorre a partir da exclusão, no caso, da exclusão realizada a partir do gênero. Dessa forma, é sempre necessário perceber quais são os tipos de normas que governam. Um dos esforços da autora ao longo do *Gender trouble* foi realizar esse reconhecimento. Ela demonstrou também que, apesar de não haver uma possibilidade fora da estrutura das normas, elas não são fixas, já que decorrem de práticas culturais. Podem ser rejeitadas, transformadas.

A performance *drag* ingressa no campo da política²³ por demonstrar que as noções de real, ou de sensível, podem ser alvo de disputa, pois são construídas. Sendo assim, há alternativas. Um dos pontos interessantes do argumento de Butler é o fato dela chamar atenção para os mecanismos de desconstruções e construções serem realizados nos corpos. Assim, há a possibilidade de se vivenciar a superação da norma pelos corpos e os trabalhos que ela fará para se atualizar. A partir do reconhecimento do gênero como algo produzido pela performance, a realidade passa a ser compreendida da mesma forma, como performances. Sem dúvida, há normas que ditam o que é real e o que não é, mas

²² A discussão profunda da autora sobre norma e normatividade está no artigo BUTLER, Judith. The question of social transformation, In BECK-GERNSHEIM, Elizabeth, BUTLER, Judith & PULGUERT, Lúcia. *Women and social transformation*. New York: Peter Lang, 2003.

²³ Aqui a política é utilizada em um sentido próximo ao de Rancière, ou seja, a partir do conflito entre dois sensíveis para estabelecer uma nova concepção de realidade, liberando um grupo que antes não falava, que aos olhos do poder produzia somente ruídos. É interessante observar que a Teoria *Queer* passa pelo momento da resistência, conforme vislumbrado no retorno ao comentário de *Cinco lições sobre o Império* ganha também um caráter revolucionário, ou seja, de poder constituinte, na trajetória elaborada por Butler.

elas são atingidas pelos atos performativos quando os corpos percebem que nem elas são imutáveis, nem eles estão constituídos de forma definitiva²⁴.

A autora afirma ter uma aspiração normativa, por ser inviável não haver nenhuma. Porém, sua proposta é pautá-la em uma “filosofia da liberdade”²⁵. O mais comum quando se trata de uma norma que tem como procedimento a normalização de práticas sociais, é que elas tenham forte tendência a serem obscuras. O motivo para se preferir uma norma de caráter implícito é evidente: ela incide dessa forma para que a condição estabelecida ganhe um aspecto natural. Sendo assim, a norma é separada e imparcial em relação às ações por ela reguladas somente de forma aparente, pois o seu papel é dar legitimidade a determinadas práticas. O gênero é uma estrutura na qual se realiza a normalização do feminino e do masculino, não é algo que as pessoas são. A produção do dualismo é contingente e conjuga argumentos hormonais, genéticos, psicológicos e conta com as performances.

Porém, o dualismo instaurado pelo feminino e masculino não exaure os gêneros. Uma teoria feminista que considere como única possibilidade para a sua formulação o reconhecimento do dualismo homem/mulher não faz outra coisa diferente da afirmação das estruturas regulatórias do poder. Ao propor uma confusão nos gêneros, a autora afirma que existe uma forma de os gêneros transitarem entre o masculino e o feminino, além do dualismo naturalizado. Nesse sentido, a concepção de democracia de Butler não abraça a unidade, e sim a discordância, ou, em outras palavras, o dissenso.

²⁴ Butler segue afirmando que os ativistas *drags* não ficam restritos à apresentação de um mecanismo de subversão, eles conseguem realizar uma alegoria dos mecanismos pelos quais a realidade é reproduzida. BUTLER, Judith, The question of social transformation, In BECK-GERNSHEIM, Elizabeth, BUTLER, Judith & PUIGVERT, Lúcia, *Women and social transformation*, p. 14.

²⁵ BUTLER, Judith, The question of social transformation, In BECK-GERNSHEIM, Elizabeth, BUTLER, Judith & PUIGVERT, Lúcia, *Women and social transformation*, p. 15. A normatividade defendida pela autora não tem um conteúdo prévio, pois caso contrário, sua teoria seria inconsistente. Quando ela menciona uma normatividade necessária e a atrela ao que ela denomina como filosofia da liberdade, a interpretação deve ser no sentido de considerar essa normatividade como fluida, como algo que irá ser transformado de acordo com as necessidades históricas e culturais. Essa fluidez perpassa outros conceitos da autora, como, por exemplo, o termo “mulher”, examinado logo no início do trabalho.

Bibliografia:

BADINTER, Elisabeth. *Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos*. Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*, London: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. SCOTT, Joan W (org.). *Feminists theorize the political*. New York: Routledge, 1992.

BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, New York: Routledge, 1999.

_____. *Undoing Gender*. New York: Routledge, 2004.

_____. The question of social transformation. In BECK-GERNSHEIM, Elizabeth, BUTLER, Judith, PUIGVERT, Lídia. *Women and social transformation*, New York: Peter Lang, 2001.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Suely Rolnik, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. Vol. 4.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 16ª ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque, Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

HARDT, Michael. NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução de Berilo Vargas, 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Tradução de Clóvis Marques, Rio de Janeiro: Record, 2005.

LeGATES, Marlene. *In Their Time: a history of feminism in western society*. New York: Routledge, 2001.

NEGRI, Antônio. *5 Lições sobre o Império*. Trad. Alba Olmi, Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti, Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PATEMAN, Carole. *The Sexual Contract*. Standfort: Standfort University Press, 1988.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. Trad. Ângela Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996.

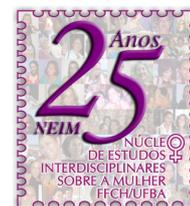
_____. O Dissenso. In NOVAES, Adauto (org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília, DF: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996. 1ª reimpressão, 1999.

GT - Teoria Feminista

Gleidismara do S. Cardozo de C. Franzoni

PPGNEIM/UFBA

Palavras-chave: Gênero. Mulher. Feminismo.



O feminismo e a construção do conceito de gênero²⁶

O feminismo é uma corrente filosófica de reflexão, uma ideologia, mas também um movimento social dinâmico e cambiante, visto que sempre foi um espaço de contestação e resistência que desafiou (e desafia) o *status quo*.

Sardenberg (2004. p. 24), nos lembra que feministas de todas as épocas “criticaram as pretensões dos grandes esquemas teóricos, as teorias gerais, argumentando que as supostas afirmativas universais sempre se mostraram parciais ou triviais.”

Assim, as feministas argumentavam que o conhecimento científico foi produzido a partir de uma perspectiva masculina, de uma visão androcêntrica, portanto era parcial, incompleto e questionável.

Além disso, as metas teorias não eram capazes de interpretar a realidade como um todo, pois, ao contrário da imparcialidade que aclamavam, os cientistas eram homens que falavam a partir de vivências diferenciadas das experiências das mulheres.

Outro aspecto questionado pelas feministas, é o fato de que o conhecimento produzido num contexto onde impera a ordem patriarcal de gênero é marcadamente marginalizador, e invisibiliza as mulheres.

Um exemplo disso é a ausência de relatos sobre os grandes feitos de mulheres, não apenas nas ciências em geral, como na História. Se a história oficial tivesse um símbolo, ele seria homem, branco, e membro da elite econômica de cada época.

26 Trabalho retirado da Tese de Doutorado da autora intitulada: Uma Gaiola de Ouro-Violência Psicológica contra Mulheres da Camada Média Urbana de Florianópolis.

De fato, quando nos deparamos com os relatos da história humana é este ícone o responsável pelas grandes decisões, pelos heroísmos, pelas batalhas, pelos momentos mais significativos da história.

A história oficial simplesmente invisibilizou as mulheres, as pessoas das classes pobres e de diferentes etnias, e nas raras ocasiões em que as mencionou, foram sempre como coadjuvantes da história, em papéis de segunda categoria, negando a participação histórica de mais da metade da população humana.

Isto se deve ao fato de que a história do desenvolvimento da sociedade humana tem sido narrada, quase sempre, pelos homens, e a identificação deles com a humanidade tem resultado, quase sempre, na desaparecimento das mulheres dos registros do passado.

Na década de 60, ocorreu um grande ingresso de mulheres nas universidades, e as historiadoras negavam-se a repetição dos velhos conceitos pautados em paradigmas discriminatórios, assim, inicialmente procuravam dar visibilidade às heroínas, bem como se centraram na luta contra a opressão vigente sobre as mulheres.

Esta autoconsciência causou “um estranhamento, um mal estar intelectual, que leva à necessidade de abordar novas perspectivas, um fenômeno confessado por diversas intelectuais, inclusive por alguns homens.” (MORENO, 1987, p. 20).

Ao dar visibilidade às mulheres, as feministas possibilitaram novas leituras da política, dos significados da família e da sexualidade, e abalaram tanto o conhecimento acadêmico científico, quanto as estruturas do comportamento social.

Posteriormente, já na década de 70, o feminismo assinalou o início de uma etapa que reconheceu as mulheres como sujeitos históricos e por sua vez, como objetos de estudo histórico, as pesquisas tinham como principal objeto de estudo o trabalho fabril.

Entretanto, os estudos da época não conseguiram superar “a dicotomia entre a vitimização da mulher e a visão de uma onipotência e rebeldia feminina, que algumas vezes estabelece a heroicização das mulheres.” (MATOS, 1998, p.69)

Este posicionamento dualista que invertia as concepções anteriormente criticadas foi novamente repensado e com a explosão do feminismo, o crescimento da antropologia e da história das mentalidades, além do surgimento da categoria de gênero nas análises, a história das mulheres tomou impulso.

Ao utilizar a história como exemplo, procurei demonstrar que as pesquisadoras feministas tinham perspectivas diferenciadas de acordo com as necessidades de cada tempo histórico em que viviam, embora todas lutassem por um conhecimento científico que contemplasse as mulheres, e refletisse em melhorias na vida de todas as pessoas.

É importante ressaltar que o feminismo nunca foi um movimento consensual, ou contou um único projeto feminista. “Existiram no passado, e ainda hoje, diferentes projetos, alguns até mesmo antagônicos, em função de premissas e imagens sustentadas sobre o ser humano, os gêneros e a sociedade em geral.” (HITA, 2002, p.324).

Assim posso afirmar que existiram vários feminismos, com diversas perspectivas e múltiplas características, portanto, o feminismo contemporâneo é fruto de inúmeras concepções, que estiveram atreladas às demandas e as reivindicações de cada época, questionando certezas científicas e morais.

Um fato significativo que marcou o feminismo foi a inclusão da categoria ‘gênero’ nos estudos, que desestabilizou, desessencializou não apenas a teoria feminista, mas transformou totalmente os discursos científicos.

Como Machado (1998), acredito que existem inúmeros paradigmas metodológicos nos estudos de gênero, assim meu objetivo neste artigo é analisar como as diferentes concepções feministas contribuíram para a formação do conceito de gênero atual.

A construção do conceito de gênero

Houve um tempo, nos primórdios do feminismo, em que a preocupação feminina centrava-se no reconhecimento da mulher como cidadã. Em 1781, á época da Revolução Francesa, Olympe de Gouges, escreveu a Declaração dos

Direitos da Mulher e do Cidadão, em protesto, à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Olympe lutava de pela Igualdade, Fraternidade e Liberdade, princípios da Revolução, para todas as mulheres, porém, foi guilhotinada, por imiscuir-se de problemas considerados inferiores à causa revolucionária.

Naquele momento “era importante afirmar o caráter de 'humanidade' das mulheres (que, como as crianças e os escravos, não tinham acesso aos direitos humanos universais), mas não era ainda o momento de reivindicar direitos específicos de gênero”. (MACHADO, 1998, p.320)

A preocupação restringia-se a busca de cidadania para as mulheres, considerá-las cidadãs significava sua inserção no mundo das decisões políticas.

Posteriormente, com a Revolução Industrial e a inserção das mulheres no mercado de trabalho, as feministas sufragistas adotaram como bandeira a luta pelo voto feminino e pela participação das mulheres nas instâncias públicas decisórias, travava-se uma batalha na qual o marco principal era o sexo biológico, usado para justificar a exclusão feminina, a ponto de desconsiderar a cidadania das mulheres.

Naquele momento o objetivo do feminismo (liberal) era eliminar as diferenças sexuais na política, porém era uma postura paradoxal, já que “a reivindicação tinha de ser feita em nome das mulheres (um produto do próprio discurso da diferença sexual), e acabava por alimentar a 'diferença sexual' que procurava eliminar.” (SCOTT, 2002, p. 27)

A ideologia liberalista propagava uma igualdade que na verdade acontecia apenas entre alguns homens, e embora pareça contraditório, ao lutar por direitos iguais afirmando sua diferença, as mulheres buscava sua inserção na política, questionando o real valor do conceito de igualdade liberal.

Na metade do século XIX, com as afirmações de Charles Darwin sobre a evolução humana, mulheres cientistas, como Antoinette B. Blacckell (1875), contestaram sua teoria, afirmando, a igualdade entre os sexos, “argumentando que ele havia deixado de considerar que, para cada característica desenvolvida

pelos homens no processo evolutivo, as mulheres haviam desenvolvido outras, complementares.” (CITELLI, 2001, p. 11)

Em 1893, Elisa Gamble reinterpretou a teoria de Darwin, afirmando que os pré-conceitos masculinos teriam impedido os cientistas de constatar a superioridade feminina, expressa na superioridade moral e de inteligência, e devido aos papéis diferenciados no campo do trabalho, as mulheres teriam maiores qualidades e, portanto, seriam mais aptas a conduzir a humanidade.

Percebe-se que há nesse discurso da superioridade feminina uma tentativa de criar uma identidade de gênero baseada no sexo anatômico-biológico: um sujeito “mulher” que se contrapõe a um sujeito “homem”.

Segundo Luiza Bairros (1995), esse conceito traz “implícito a dimensão do sexo biológico como a construção social de gênero”.

Assim, na prática este discurso essencialista reafirma a existência de uma natureza feminina e outra masculina, explicação limitadora e insuficiente, pautada numa visão heterossexista e biologizante.

Em contraponto ao feminismo liberal surge o feminismo socialista, fundamentado na teoria marxista, insurge-se contra a categoria ‘mulher’ e pauta-se na análise da exploração sexual da mulher pelo capitalismo.

De acordo com Flax (1991, p.231), “as feministas socialistas localizam a causa fundamental dos arranjos de gênero na organização da produção ou na divisão sexual do trabalho”.

Conforme a concepção desta corrente de pensamento feminista as hierarquias de gênero estavam diretamente ligadas às funções diferenciadas que mulheres e homens desempenhavam no trabalho.

No século XX, surgem as feministas radicais, cujo expoente foi Simone de Beauvoir, que buscou na fenomenologia existencialista as bases para desconstruir o determinismo biológico que justificava a submissão feminina, afirmando que o “ser mulher” é produto de uma construção social, ou seja, “não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Para ela a mulher é o outro, tendo em vista que ela é definida tendo o homem como parâmetro: “a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela.” (BEAUVOIR, 2002, p.10)

Simone foi uma teórica da Igualdade, que tratou a questão sexo/gênero, visualizando o conceito de sexo como um dado biológico e gênero como construto social.

Sua obra foi um marco para o feminismo, pois tratou da “questão de gênero, antes mesmo de termos um termo para identificar esse fenômeno da construção social das diferenças e identidades sexuais.” (SARDENBERG, 2004, p.17)

Beauvoir tornou-se um ícone feminista, porque além de contestar o conhecimento produzido na época, foi coerente vivenciando aquilo que acreditava, rompendo regras sociais, e desconstruindo paradigmas.

Entretanto, sua teoria se baseava na existência do sujeito “mulher”, e de um sujeito “homem”, posteriormente, Scott (1995, p.21) ressalta que:

“Homem e mulher são ao mesmo tempo categorias vazias de significado e transbordantes: vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contém ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas”.

Assim, uma teoria que localiza as pessoas num ou noutro sexo, não expressa a totalidade dos seres, pois esta ideologia dualista tem como primazia valores heterossexuais, que negam a diversidade e a complexidade das relações humanas.

Muitas feministas questionaram a teoria de Beauvoir, dentre elas, Butler (1987, p.142) que argumenta que não há uma progressão linear ao nos tornarmos de um gênero, “o movimento temporal desse tornar-se não segue uma progressão linear. A origem do gênero não é temporalmente descontínua precisamente porque o gênero não é originado de repente em algum ponto do tempo depois que assume forma definitiva.”

Assim, o gênero é um processo social relacional, e segundo esta autora é também ahistórico.

Porém, no contexto do final da década de 60 e início da década de 70, as feministas utilizavam o conceito de gênero para suplementar o conceito de sexo, “não só o ‘gênero’ não era visto como substituto do ‘sexo’, como também ‘sexo’ parecia essencial à elaboração do próprio conceito de gênero.” (NICKOLSON, 2000, p.11)

Partindo da premissa que a sexualidade não pode ser interpretada em termos puramente biológicos, já que o conjunto de práticas que foram associadas ao gênero também são produtos de uma construção social, Rubin (1992, p.17) criou o conceito sexo/gênero para expressar “o conjunto de acordos sobre os quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas”.

Concordo com Saffioti (1982, p.197) ao afirmar que “o caráter dualista desta concepção torna impossível pensar o gênero como relacional, o que tem sérias conseqüências ontológicas e epistemológicas”.

Afinal a teoria do sistema sexo/gênero pressupõe uma oposição entre natureza e cultura, o que é impensável quando falamos de relações humanas.

O uso da categoria ‘gênero’ revolucionou os estudos feministas, visto que “coloca ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade”. (SCOTT, 1995, p.5).

Percebe-se nesse momento uma grande ruptura, uma construção de um novo paradigma metodológico no feminismo, que instaura um ‘novo sujeito’, múltiplo e contraditório.

Há uma grande diferença entre os ‘estudos sobre as mulheres’ e os ‘estudos de gênero’, pois este novo paradigma metodológico está pautado em três aspectos fundamentais:

“A ruptura radical entre a noção biológica de sexo e noção social de gênero; o privilegiamento metodológico das relações de gênero, sobre qualquer substancialidade das categorias de mulher e homem ou de

feminino e masculino; a transversalidade de gênero, que perpassa as mais diferentes áreas do social.” (MACHADO, 1998, p.108)

Ao suprimir a categoria 'mulher' dos estudos, pensava-se em refutar o essencialismo biológico, o viés heterossexual dos estudos, e, sobretudo, compreender as vivências como relacionais.

No entanto, convido a leitora, o leitor a refletir até que ponto esta noção não tentava novamente invisibilizar as mulheres, seus sofrimentos, suas vivências, suas angústias e principalmente suas conquistas, num momento em que as feministas haviam galgado com sucesso muitos espaços públicos de poder.

Compreendo que o grande avanço da categoria gênero é decifrar as características históricas e sociais das vivências diferenciadas de mulheres e homens, considerando suas escolhas sexuais, desnaturalizando os estereótipos estigmatizantes, as oposições binárias, os conceitos universalizantes, porém jamais busca apagar as especificidades de cada grupo.

No que se refere à transversalidade do conceito de gênero, Crenshaw (2002, p. 173) alerta para o fato de que embora todas as mulheres estejam sob o julgo da discriminação de gênero, existem outros “fatores relacionados à suas identidades sociais, tais como, classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional, e orientação sexual, que são diferenças que fazem diferença na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação.”

Portanto há que se considerar um conjunto de fatores que se entrelaçam, numa cruel seqüência de discriminações que fazem da mulher negra, lésbica, indígena, idosa, ainda mais subjugada do que as outras mulheres.

Partindo dessa nova análise das relações o feminismo se atenta para o fato de que “gênero, classe e raça se articulam para formar e perpetuar a sociedade de classes, uma sociedade que é profundamente desigual e contraditória.” (STOLCKE, 1991, p. 115)

Há um somatório de violências que o feminismo busca romper ao elucidar os poderes intrínsecos em cada forma de discriminação que hierarquiza e desumaniza as pessoas.

De acordo com Lauretis (1994, p.208), nesta perspectiva feminista surge “um sujeito constituído no gênero, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos lingüísticos e representações culturais; ‘engendrado’ não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe”.

A ideologia hegemônica reproduz um conjunto de crenças, mitos, símbolos e significados discursivos que violentam o indivíduo no exercício de sua sexualidade, e criam representações que, de forma sutil, tentam escamotear a realidade, obscurecendo os fatos, reforçando estigmas e pré-conceitos que respaldam as hierarquias de gênero, de classe, de raça e de geração.

No Brasil, dos anos 70 aos anos 90, houve um avanço significativo na inclusão das reivindicações das feministas negras, visto que “parece que o movimento feminista tornou-se mais atento, ou vigilante, às ações das mulheres negras, no sentido de qualificar seu discurso e prática, incluindo a questão racial e étnica como importante na luta por democracia e cidadania” (RIBEIRO, 1995, p. 457)

A crítica das feministas negras, era o fato de que o feminismo por ser um movimento liderado por mulheres brancas, portanto com vivências diferenciadas, não abarcava as necessidades específicas das mulheres negras, tão pouco o sofrimento imposto pela discriminação racial.

Foi uma crítica contundente que transformou o fazer feminista, pois mulheres de todas as raças, etnias, lugares, camadas sociais, religiões e práticas, até então invisibilizadas, passaram a obter espaços de reivindicação dentro do movimento.

Outro aspecto importante abordado pelos estudos de gênero foi a inclusão da categoria ‘geração’, neste sentido concordo plenamente com Alda Motta (1999, p. 191), ao afirmar que “gênero e geração, como dimensões fundamentais da vida social, correspondem a categorias básicas – e mutuamente articuladas – da análise das relações sociais.”

Afinal, cada indivíduo vivencia o amor e a sexualidade conforme os referenciais de sua época, de sua cultura, de seu grupo social.

A desconstrução do conceito de gênero

O feminismo criou o gênero como categoria de análise, porém não há consenso do que é ou não gênero.

Até o momento venho falando da construção do conceito de gênero e abordei duas vertentes que pensaram sexo e gênero na teoria feminista:

1. A primeira corrente - sexo x gênero- atrelada ao determinismo biológico, adotava uma postura dicotômica que definia a diferença entre homem e mulher a partir da oposição entre natureza (essencialismo) e cultura (culturalismo);

2. A segunda corrente é fundacionista – rompe com o determinismo, porém mantém o sistema binário -sexo e/ou gênero- ainda que o gênero seja cultural, o sexo continua determinando comportamentos, e os corpos são visualizados como 'naturais'.

No entanto, existe uma terceira corrente filosófica - as feministas pós-modernistas - que opera com a noção de que sexo é uma construção social como o gênero, ou seja, sexo=gênero, rompendo com a idéia de natural, segmentado, dicotomizado.

Esta perspectiva marca um novo momento de ruptura teórica, 'a queda final do determinismo biológico', visto que visualiza o corpo como invento das idéias, dos discursos, das representações que constroem novas realidades: surge a pluralidade de gêneros - um novo sujeito do feminismo - multifacetado.

Porém, há uma polêmica instaurada nesse novo 'pensar' que permite questionar até mesmo essa igualdade entre sexo e gênero, Haraway defende a idéia de que gênero não é a mesma coisa que sexo, embora ambos sejam desconstruções sociais.

Então afinal, para esta corrente filosófica o que é gênero?

Dentro da perspectiva pós-moderna, Scott (1994, p.12) afirma que gênero é:

“Esse saber, esse conhecimento das diferenças sexuais, é o significado da compreensão produzido pelas culturas, é um saber em transformação, instituições, rituais, práticas cotidianas. Um saber sobre a realidade social que a organiza.”

Para esta autora, o gênero também estabelece significados das diferenças sexuais que variam conforme o espaço e o tempo. Além disso, ela afirma que: “nada, nem o corpo é definitivo.”

Para Butler (1987, p.142) o gênero é ahistórico, pois acontece continuamente, não como um produto de relações culturais e psíquicas, mas como um “modo contemporâneo de organizar normas passadas e futuras, um modo de nos situarmos e através dessas normas, um estilo ativo de viver nosso corpo no mundo.”

Butler desconstrói a rigidez de categorias como poder, gênero, classe, etnia, porque entende que há diferentes possibilidades de disfunções e subversões.

Nesta linha, Haraway (1994, p.250) afirma que “as categorias de gênero, raça e classe não podem fornecer a base para a crença na unidade 'essencial'. Não há absolutamente nada a respeito do ser 'mulher' que aglutine naturalmente todas as mulheres.”

Assim, ela condena a permanência da identidade (mulher, negra, branca, lésbica) como matriz natural de unidade, e defende pontos de coalizão conscientes de afinidade e parentesco político.

Ao afirmar que “gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplos terrenos de luta”, Haraway (1995), amplia as possibilidades de reivindicação de direitos de todas as categorias marginalizadas.

Enfim, pode-se entender que a “construção de gênero também se faz por meio de sua desconstrução, quer dizer, em qualquer discurso, feminista ou não, que veja o gênero como apenas uma representação ideológica falsa.” (LAURETIS, 1994, p. 209).

O que estas pensadoras pretendem é desconstruir conceitos rígidos, flexibilizar a teoria a ponto de incorporar todas as pessoas, independente de seu status social, etnia, raça, geração, opção sexual ou qualquer outro fator que seja delimitante.

Considerações finais

As pesquisas antropológicas demonstraram que há uma enorme diversidade de condutas dos gêneros, embora houvesse uma aparente universalidade quanto à subordinação das mulheres, pois independente das tarefas a elas designadas em diferentes culturas, as mulheres eram consideradas inferiores aos homens.

A teoria feminista possibilitou compreender as diferentes formas de construção da identidade social e individual da mulher, mas também refletir sobre as relações de gênero- como se criam, se transformam, se mantêm os padrões de gênero na sociedade -ou seja, para além desse sujeito “mulher”, fixo, universal, visualizando novos sujeitos.

Assim, o Feminismo é uma construção social e embora existam pontos de tensão, faz alianças com outros movimentos, variados grupos: lésbicas, negras, indígenas, gays, transsexuais, etc.

Acredito que a teoria feminista funcionará na transformação da realidade prática quando as pesquisadoras visualizarem que as múltiplas identidades sofrem ações de inúmeras hierarquias de discriminação que imprimem marcas cruéis em quem as vivencia.

Enfim, precisamos levar em consideração o ponto de vista de quem as sofre, a experiência de cada pessoa é a sua história, que não está descolada de um contexto social, portanto é possível aglutinar lutas por direitos comuns de grupos marginalizados.

Finalmente, nós feministas não podemos perder de vista que, enquanto vivermos numa sociedade marcada por relações patriarcais de gênero, há momentos –como, por exemplo, na luta por políticas públicas específicas- em que é estratégico retornar ao conclave original da categoria mulheres, para que o movimento, que não é apenas teórico, mas antes de tudo é político, não se perca em conceitos esvaziados de sentido, que na prática invisibilizam novamente as mulheres e suas conquistas.

Referências bibliográficas

1. BAIRROS, Luiza. “Nossos feminismos revisitados”. Revista Estudos Feministas. Vol. 3. n.º 2,1995.
2. BEAUVOIR, Simone de. “O Segundo Sexo”. Vol.2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
3. BUTLER, Judith. “Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Witting e Foucault”. In: Sheyla Benhabib e Drucilla Cornell (coords.) Feminismo como crítica da modernidade. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.
4. CITELLI, Maria Teresa. “Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento.” Revista Estudos Feministas, Vol. 9 n.º1,2001.
5. CRENSHAW, Kimberlé. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. Revista Estudos Feministas, Vol. 10. n.º. 1/2002.
6. FLAX, Jane “Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista” In: H. Buarque de Hollanda (org), Pós-Modernismo e Política, Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
7. HARAWAY, Donna. “Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80”. In: Heloísa B. Hollanda (org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
8. HITA, Maria Gabriela. “Igualdade, Identidade e Diferença (s): feminismo na reinvenção de sujeitos.” In: Buarque de Almeida, Heloísa e at all (orgs). Gênero e Matizes. EDUSF, São Paulo, 2002.
9. LAURETIS, Tereza de. “A Tecnologia do Gênero”. In: H. Buarque de Hollanda (org.) Tendências e Impasses do Feminismo como Crítica da Cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
10. MACHADO, Lia Zanota. Gênero, um novo paradigma? Caderno Pagu (11): trajetórias do gênero, masculinidades. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1998.
11. MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. Cadernos Pagu, nº 11, 1998.

12. MORENO, Amparo. El arquetipo viril protagonista de la historia. Ejercicios de lectura no androcéntrica. Cuadernos Inacabados. Barcelona: La Sal, 1987.

13. MOTTA, Alda B. da “As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento”. Cadernos PAGU (13), 1999.

14. NICKOLSON, Linda. “Interpretando o gênero”. Revista Estudos Feministas, vol. 8, nº. 2, 2000.

15. RIBEIRO, Matilde. “Mulheres Negras Brasileiras: de Bertioga à Beijing.” Revista Estudos Feministas, Vol. 3, nº. 2, 1995.

16. RUBIN, Gayle. The Traffic in Women. Notes on the "Political Economy" of Sex". In: REITER, Rayna. (Ed.) Toward an Anthropology of Women. New York, Monthly Review Press, 1975.

17. SAFFIOTI, Helleieth I.B. Rearticulando Gênero e Classe.” In: A . O . Costa & C. Bruschini (orgs.), Uma Questão de Gênero, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992.

18. SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. “Estudos Feministas: Esboço Crítico”. In: AMARAL, Célia Chaves Gurgel Do. (Org.). Teoria e Práxis dos Enfoques de Gênero. Salvador: REDOR, 2004.

19. SCOTT, Joan W. “A cidadã paradoxal”. As feministas francesas e os direitos do homem. (Cap. I – relendo a história do feminismo). Florianópolis: Mulheres, 2002.

20. SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.” Trad. SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1995. mimeo.

21. STOLCKE, V. “Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?” Estudos Afro-Asiáticos, 20, São Paulo, 1991.

GT - Teoria Feminista
Gustavo do Rego Barros Brivio
PPG/NEIM – UFBA



Uma visão crítica do debate entre Tilly e Scott

Apresentação

O trabalho em questão guia-se pelo texto de Scott, “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, com o objetivo de apresentar, resumidamente, o argumento central do texto - que parece confluir para a definição e teorização de gênero. Adicionalmente, serão consideradas as refutações formuladas por Louise Tilly em “Gênero, história das mulheres e história social”.

É preciso destacar que o texto de Scott encontra-se dividido em três partes. Na primeira seção, pode-se dizer que a autora problematiza os limites das abordagens descritivas da história das mulheres na proposição de uma revisão de conceitos da história; a segunda parte se ocupa da crítica às teorias feministas, enquadradas em três campos teóricos: patriarcado, marxismo e psicanálise. Ainda nesse segundo momento, chama-se a atenção para a desconstrução de Derrida. Finalmente, na última parte do texto, Scott apresenta sua teoria e definição de gênero.

A segunda parte de “Gênero: uma categoria útil para análise histórica” não será debatida pelo presente trabalho, excetuando-se o parágrafo relativo à desconstrução. O debate Tilly-Scott parece mais centrado na primeira e última parte do nosso texto guia. Além disso, pode-se constatar os limites das abordagens descritivas e, em seguida, apresentar gênero enquanto categoria analítica – por mais que se deixe de lado as críticas de Scott ao patriarcado, ao marxismo e à psicanálise.

Oxford e a academia francesa

Joan Scott, no início de seu texto “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, problematiza a conduta dos professores de Oxford e da academia francesa - que, em vão, tentaram “fixar os sentidos livres do jogo da invenção humana” (SCOTT, 1989/Trad.1991, p.1). Essa problematização de conduta parece

conduzir ao debate existente entre modernos e pós-modernos, do qual Scott toma parte situando-se, mais especificamente, no campo dos pós-estruturalistas.

Ao evocar a historicidade da significação das palavras, coisas e idéias, Scott se opõe francamente aos iluminados pela razão e a suas definições universais, de carácter transcendental, logo, a-históricas. Mais adiante em seu texto, a autora clarifica sua posição epistemológica.

“A meu ver é significativo que o uso da palavra gênero tenha emergido num momento de grande efervescência epistemológica entre pesquisadores [...] que em certos momentos toma a forma de uma evolução dos paradigmas científicos em direção a paradigmas literários [...] essa evolução toma a forma de debate teórico entre aqueles que afirmam a transparência dos fatos e aqueles que insistem sobre a idéia de que qualquer realidade é interpretada ou construída” (SCOTT, 1989/Trad.1991, p.13).

Nesse sentido, a primeira proposição da definição de gênero de Scott – “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1989/Trad.1991, p.14) - questiona a suposta transparência dos fatos, no momento em que vincula ao gênero o elemento “conceitos normativos”.

“Esses conceitos [normativos] são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tipicamente tomam a forma de uma oposição binária [...]. A posição que emerge como dominante é, apesar de tudo, declarada a única possível. [...] O objetivo da nova pesquisa histórica é explodir a noção de fixidade [...]” (SCOTT, 1989/Trad.1991, p.15).

Dessa forma, o universal da ciência moderna representaria o elemento dominante de uma oposição binária. Essa oposição, se historicizada, romperia com a fixidade das definições e conceitos de um saber científico dito neutro.

Ladainha gêneros, raça e classe

Após a problematização da conduta dos professores de Oxford e da academia francesa, Scott revisa algumas das abordagens do conceito de gênero. Primeiramente, identifica gênero, em seu uso recente pelas feministas, a “uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos” (SCOTT,

1989/Trad.1991, p.1). Destaca o pioneirismo das americanas - que, com o conceito de gênero, demarcaram o caráter social das distinções produzidas a partir do sexo, combatendo o determinismo biológico.

Ainda nessa revisão de abordagens conceituais do gênero, Scott observa a importância da natureza relacional do conceito de gênero para as feministas que criticavam a exclusividade do foco dos estudos feministas sobre as mulheres. “Segundo essa opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado” (SCOTT, 1989/Trad.1991, p.2)

Scott propõe, nesse ínterim, a relação entre gênero no sentido de organização social entre os sexos e gênero enquanto categoria gramatical. A gramática, em seu exercício social de normatização da língua, classificaria diferentemente os vocábulos de acordo com o gênero, produzindo categorias distintas entre si. De forma que, essas categorias se relacionariam a partir de critérios socialmente definidos pelos gramáticos. O gênero neutro da teoria gramatical representaria uma analogia ainda não explorada com o conceito de gênero.

Finalizando sua abordagem das conceituações de gênero, a autora se pronuncia sobre certo uso do conceito de gênero capaz de dialogar criticamente com os paradigmas da ciência moderna, desafiando suas premissas. Assim, o que se observa é a tentativa de trabalhar com gênero enquanto categoria de análise. Era de se esperar a analogia dessa recente categoria analítica com as categorias de classe e raça. Scott destaca que a preocupação com as categorias de gênero, raça e classe considera o poder como algo formado, minimamente, sobre três eixos, além de pensar uma história com compromisso político transformador.

Apesar de defender o trabalho analítico do gênero e, portanto, se filiar mais estreitamente a essa última concepção de gênero apresentada, Scott tece críticas à aparente paridade entre classe, raça e gênero. Precisamente, afirma:

“A ladainha “classe, raça e gênero” sugere uma paridade entre os três termos que na realidade não existe. Enquanto a categoria de “classe” está baseada na teoria complexa de Marx [...] da determinação econômica e da

mudança histórica, as de “raça” e de “gênero” não veiculam tais associações” (SCOTT, 1989/Trad.1991, p.2)

De modo que, utilizar essas três categorias analíticas, no intuito de analisar um dado fenômeno, pressupõe necessariamente a capacidade de distinguir a natureza diferenciada de cada uma delas. Raça e gênero se distinguem, pelo menos, do conceito de classe por não estarem vinculadas à idéia de causalidade econômica, bem como por não compartilharem do movimento dialético da história.

Logo, as analogias entre essas três categorias analíticas devem ser formuladas cuidadosamente, observando seus aspectos típicos. Entretanto, não parece que seja o caso de negar qualquer espécie de analogia ou comparação – uma vez que gênero, raça e classe compartilham, em última instância, do estatuto de categorias de análise.

Objetivando sistematizar o efeito produzido pelo gênero nas instituições e relações sociais, Scott apresenta o processo responsável pela construção das relações de gênero: “O esboço que propus do processo de construção das relações de gênero poderia ser utilizado para examinar a classe, a raça, a etnia ou por assim dizer, qualquer processo social” (SCOTT, 1989/Trad.1991, p.16). Ao conceber classe, raça e gênero como processos sociais, a autora sustenta que o modelo proposto para o processo de construção das relações de gênero pode ser estendido a essas outras categorias analíticas.

Alternativas à marginalização

Em passagem importante de seu texto, Scott reconhece a inabilidade dos historiadores em trabalhar com teorias, sendo muito mais afeitos à descrição. Nesse contexto, destaca duas razões que impulsionaram esses estudiosos a buscarem aportes teóricos para suas práticas.

A primeira dessas razões se encontraria na quantidade representativa de estudos de caso elaborada pela história das mulheres, que, de acordo com a autora “[...] parece exigir uma perspectiva sintética que possa explicar as continuidades e descontinuidades e dar conta das desigualdades persistentes, mas também das experiências sociais radicalmente diferentes” (SCOTT,

1989/Trad.1991, p.3). Ou seja, a primeira exigência teórica dialoga com uma necessidade, de alguma forma, interna à própria produção da história das mulheres. Algo tinha de ser dito sobre as continuidades e descontinuidades apresentadas pelos estudos de caso dessa nova história: uma reflexão teórica sobre o conjunto desses estudos estaria na ordem do dia.

A segunda razão dessa busca por teorias provém da representatividade de uma questão emblemática – presente tanto no início do texto de Scott quanto no primeiro parágrafo do texto de Louise A. Tilly “Gênero, história das mulheres e história social”, qual seja: “Agora que eu sei que as mulheres participaram da Revolução, que diferença isso faz?”(TILLY, 1990/Trad.1994, p.29).

Segundo Scott, os estudos que descritivamente evidenciavam a presença das mulheres na história não cumpriam suficientemente bem o seu papel de dialogar criticamente com o escopo mais amplo da disciplina história.

[...] a defasagem entre a alta qualidade dos trabalhos recentes da história das mulheres e seu estatuto que permanece sempre marginal em relação ao conjunto da disciplina (que pode ser medida pelos manuais universitários, programas universitários e monografias), mostram os limites das abordagens descritivas que não questionam os conceitos dominantes no seio da disciplina ou pelo menos não os questionam de forma a abalar o seu poder e talvez transformá-los” (SCOTT, 1989/Trad.1991, p.3).

Portanto, para Scott, a marginalização da história das mulheres deriva das abordagens descritivas e suas impossibilidades reais de interpelar os conceitos dominantes do campo da história. Em outras palavras, Scott questiona o poder de resposta dessas abordagens à pergunta destacada por Tilly, supracitada. As abordagens descritivas não mostrariam que diferença a produção acadêmica da história das mulheres faz para a história.

Em seu artigo já mencionado, Tilly se alinha, de certa maneira, à crítica de Scott referente aos limites de uma história descritiva das mulheres.

[...] há duas tarefas cada vez mais urgentes que se apresentam à história das mulheres: produzir não somente estudos descritivos e interpretativos, mas também estudos que resolvam problemas analíticos, e vincular as descobertas decorrentes desses às questões gerais que há muito estão postas à história” (TILLY, 1990/Trad.1994, p.29).

Entretanto, Tilly demonstra certa cautela em relação à afirmação de Scott de que as abordagens descritivas não questionam produtivamente, em nenhuma medida, os conceitos dominantes da história.

Posicionando-se frente ao tema da marginalização da história das mulheres, Louise Tilly enumera alguns fatores: a institucionalização dessa história nos Estados Unidos; os cargos de docência dessa disciplina; sua elevada reputação científica; bem como sua considerável produção acadêmica. Tudo isso sugere um termo de discordância a respeito da marginalização da história das mulheres proposta por Scott.

Num segundo momento, Tilly focaliza a questão dos limites da descrição: sua impossibilidade de contribuir sensivelmente para a crítica dos conceitos que orientam a historiografia oficial. Com esse fim, relaciona uma série de publicações da história das mulheres e, passo a passo, num estudo pormenorizado, contabiliza as contribuições dessas publicações à revisão crítica desses conceitos.

Tilly reconhece o estatuto descritivo e interpretativo da maior parte dos estudos produzidos pela história das mulheres. “Os autores da primeira série de estudos discutidos aqui essencialmente descrevem e interpretam a história das mulheres, evitando colocar e resolver problemas analíticos. A abordagem descritiva da história das mulheres tratou da história política e da história do trabalho [...]” (TILLY, 1990/Trad.1994, p.35). No entanto, também leva em conta alguns pontos, que, se por um lado, não decidem a questão – negando as limitações das abordagens descritivas em questionar os conceitos dominantes da história – ao menos refinam a discussão.

Tilly procura detalhar a análise de Scott, entendida como uma “[...] concepção muito geral e globalizante do estado da história das mulheres como campo de pesquisa” (TILLY, 1990/Trad.1994, p.32). Em síntese, a autora observa as dificuldades inerentes a um novo campo de pesquisa, destacando a importância da descrição como etapa inicial, necessária à investigação analítica.

A história descritiva das mulheres, segundo Tilly, reveste-se de dupla importância: primeiro, por tornar a vida das mulheres fatos da história; depois, “por vincular estas vidas a outros temas históricos [...] procedendo desta maneira, a

história das mulheres já mudou a nossa percepção do que é importante na história” (TILLY, 1990/Trad.1994, p.41). Essas duas convicções levam Tilly a defender a história social e o gênero, enquanto categoria de análise sócio-histórica, como a estratégia metodológica apropriada ao enfrentamento crítico dos conceitos dominantes da história. Isto é, para Tilly, a história social e a concepção sócio-histórica de gênero constituem um meio eficaz de vincular os achados da história das mulheres às questões mais amplas da história.

Scott já havia observado os limites da história descritiva diferentemente de Tilly. Como consequência dessa discordância – representativa de um debate entre paradigmas -, outros pontos divergentes surgem entre as autoras. Scott repensa os paradigmas científicos, priorizando os literários; acentua as limitações da história social – considerando-a excessivamente centrada no econômico; propõe uma saída através da utilização do conceito de gênero enquanto categoria analítica e adota a desconstrução como seu método de análise.

Tilly e a desconstrução de Scott

No último parágrafo da segunda parte do texto “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, Scott defende um dobrar-se sobre o conhecimento produzido, chamando a isso de crítica. Essa crítica teria de ser feita às categorias de análise e à própria análise – configurando a autocrítica.

“Temos que encontrar os meios (mesmo imperfeitos) de submeter, sem parar, as nossas categorias à crítica, nossas análises à auto-crítica. Se utilizarmos a definição de Jaques Derrida, esta crítica significa analisar no seu contexto a maneira como opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando a sua construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como real, como óbvia ou como estando na natureza das coisas” (SCOTT, 1989/Trad.1991, p.13).

A desconstrução de Derrida constitui-se exatamente em um meio através do qual pode-se chegar a certo tipo de crítica e autocrítica. A saber, um tipo de crítica que especificamente trabalha com a análise das oposições binárias, desnaturalizando as construções hierárquicas entre os seus elementos formadores. Esses seriam os limites e vantagens da desconstrução na letra de Scott.

No entendimento de Louise Tilly, “[...] a desconstrução é um método que abre novas perspectivas para a nossa compreensão cultural do passado, mas minimiza ou rejeita os métodos e as questões decisivas que transformaram profundamente a prática histórica e a história” (TILLY, 1990/Trad.1994, p.50). Essa reflexão de Louise Tilly parece deslocada do uso da desconstrução proposto por Scott, atacando algo diferente do defendido pela última autora.

Seria interessante deixar claro a que métodos e questões Tilly se refere. No entanto, mesmo sem essa informação, sabe-se que a desconstrução de Scott centra-se na crítica aos métodos de análise, pressupondo, portanto, sua existência e utilização, e não sua rejeição. O problema residiria na acriticidade da utilização de determinada metodologia. “Eu não acho que temos de deixar os arquivos ou abandonar o estudo do passado, mas eu acho, em contrapartida, que temos de mudar alguns dos nossos hábitos de trabalho e algumas das questões que colocamos. Temos que examinar atentamente nossos métodos de análise [...]” (SCOTT, 1989/Trad.1991, p.14).

Louise Tilly refuta um outro aspecto da metodologia adotada por Scott, argumentando que “[...] a ênfase colocada no método e no texto [...] parece subestimar a ação humana e fazer pender a balança na direção de um superestimação da coerção social” (TILLY, 1990/Trad.1994, p.50). Essa ênfase no método e no texto decorre do privilégio dado aos paradigmas literários. Contudo, não se opera uma subestimação da ação humana. Scott apenas a recoloca no processo de produção textual, destituindo o texto de sua aparente neutralidade. Assim, de modo algum, se superestima a coerção social, pois a observação da ação humana no texto, pelo contrário, evidencia a tentativa da história oficial de ocultar as vozes dissonantes.

Em outro momento, Tilly põe em questão a existência de um mundo real no universo do paradigma analítico de Scott. “Scott preconiza um método que coloca radicalmente em questão não somente as relações de poder, mas também a existência de um mundo real e a possibilidade de descrevê-lo e explicá-lo” (TILLY, 1990/Trad.1994, p.50). A palavra “real”, etimologicamente, se apresenta muito mais próxima à palavra “realidade” do que do vocábulo “concreto” ou “concretude”.

Com efeito, há os que “[...] afirmam a transparência dos fatos e aqueles que insistem sobre a idéia de que qualquer realidade é interpretada ou construída” (SCOTT, 1989/Trad.1991, p.13). Logo, não se questiona a existência de um mundo real, apenas se afirma que esse não é o único mundo possível, reconhecendo-se sua construção sócio-histórica. Entre a concretude das coisas, jamais negada, e a realidade, existiria a cultura.

Nesse entendimento, descrever o mundo e/ou explicá-lo implicam na construção de uma realidade. Disso resulta a necessidade da crítica às categorias analíticas bem como da autocrítica em relação às análises empreendidas. Sem crítica e autocrítica metodológica, determinada análise pode simplesmente refletir, sem se dar conta ou propositalmente, os jogos de poder que constroem realidades e se legitimam no seu apagamento ideológico.

A concepção que Tilly possui do real a faz adotar e citar o conceito de gênero de Oakley: “ ‘Sexo’ é uma palavra que faz referência às diferenças biológicas entre machos e fêmeas [...]. Gênero, pelo contrário, é um termo que remete à cultura” (OAKLEY apud TILLY, 1990/Trad.1994, p.42). A diferença entre machos e fêmeas existiria fora da cultura, num mundo natural, anterior a qualquer significação social. O método da desconstrução observaria, nessa conceituação de gênero oferecida por Oakley, uma oposição binária definida em termos de natureza/cultura. Parece que para Tilly o corpo não é engendrado pela cultura, não é gendrado.

É particularmente interessante notar uma implicação que, segundo Tilly, decorreria do uso da desconstrução: “[...] a desconstrução é um método que permite a explicitação de significações ocultas; não permite construir novas” (TILLY, 1990/Trad.1994, p.51). Essa afirmação apóia-se na crença em um único mundo possível, dotado de significação própria. O processo de desconstrução, ao explicitar as significações não aparentes, constrói novas significações. O conceito de gênero adotado por Tilly, depois de desconstruído, instaura um novo debate a cerca dos pressupostos contidos na conceituação de gênero de Oakley. Não parece haver uma significação advinda diretamente do mundo, capaz de ser captada pela metodologia da história social, sem ocultações.

Outra crítica dirigida por Louise Tilly a Scott explora as conseqüências de uma abordagem que não acreditaria na explicação. A indagação ganha a seguinte forma: “Em que medida negar a possibilidade de explicação implica no abandono de uma posição política ou mesmo crítica?” (TILLY, 1990/Trad.1994, p.51). Na verdade, abandonar a possibilidade de explicação faz com que a discussão se situe num campo essencialmente político, em que, por mais que se apele à verdade, sabe-se apenas da possibilidade de uma explicação significativa. Scott cita Michelle Rosaldo no intuito de evidenciar um novo caminho de investigação, que abandonaria a busca por causalidades universais em direção a explicações significativas. “Me parece agora que o lugar das mulheres na vida social-humana não é diretamente o produto do que ela faz, mas do sentido que as suas atividades adquirem através da interação social concreta” (ROSALDO apud SCOTT, 1989/Trad.1991, p.14). A posição crítica e autocrítica, nesse caso, parecem se valorizar ao extremo.

O conhecido debate entre as autoras Tilly e Scott revela, como pano de fundo, uma discussão de paradigmas: os paradigmas científicos e literários interrogam-se sobre suas limitações e vantagens. Nesse sentido, defende-se que Tilly se coloca numa perspectiva moderna, se referindo a um mundo real e às diferenças biológicas naturais entre os sexos. Por outro lado, Scott propõe situar sua conceituação de gênero no terreno das teorias pós-modernas: “No espaço aberto por esse debate, do lado da crítica da ciência desenvolvida pelas ciências humanas e da crítica do empiricismo e do humanismo que desenvolvem os pós-estruturalistas, as feministas [...] começaram a encontrar uma via teórica própria [...]. É nesse espaço que nós devemos articular o gênero como uma categoria de análise” (SCOTT, 1989/Trad.1991, p.14).

Gênero: definição e teoria

Ao abordar sua concepção de gênero, Scott distingue entre o que se constitui efetivamente a sua definição de gênero e aquilo que denomina de teorização de gênero. Articulando definição e teoria, afirma o seguinte: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas

entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989/Trad.1991, p.14). Relações de poder entendidas aqui na perspectiva foucaultiana.

A definição de gênero, em sentido específico, se identifica à primeira proposição do enunciado destacado acima. Gênero, portanto, é definido em função de ‘relações sociais’ e de ‘diferenças percebidas entre os sexos’. Sugere-se a idéia de que as relações sociais possuem elementos constitutivos, sendo o gênero um desses elementos. Nesse caso, seria interessante detalhar o conceito de relações sociais, observando a dinâmica de suas relações com os elementos que as constituem, bem como as relações entre os seus elementos constitutivos. Em síntese, se perguntaria que tipo de relação há entre gênero, classe e raça – uma vez considerados elementos constituintes de relações sociais.

A palavra ‘percebidas’ indica a perspectiva analítica de Scott, encerrando-a no âmbito do social. De fato, não parece correto dizer que o vetor analítico de Scott se orienta a partir do social, uma vez que em suas análises as oposições binárias são desconstruídas. Sendo assim, diante de ‘diferenças percebidas’ entende-se diferenças construídas socialmente. No entanto, parece ficar implícito na sentença ‘diferenças percebidas entre os sexos’ o fato de que ‘os sexos’ precedem às diferenças percebidas. Haveria ‘os sexos’ e, entre eles, as ‘diferenças percebidas’ seriam socialmente construídas. Talvez seja o caso de uma leitura descuidada. De qualquer forma, vale localizar os sexos na cultura e entender os corpos enquanto corpos gendrados (SARDENBERG, 2002).

Ainda em sua definição de gênero, Scott encontra em funcionamento quatro elementos. Ressalta que “[...] nenhum deles pode operar sem os outros. No entanto, eles não operam simultaneamente como se um fosse o simples reflexo do outro. Com efeito, é uma questão para a pesquisa histórica saber quais são as relações entre esses quatro aspectos” (SCOTT, 1989/Trad.1991, p.16).

O primeiro elemento se refere aos símbolos culturais, capazes de produzirem significações diversas. Chama-se atenção para o potencial de produção de representações contraditórias: Eva e Maria, contraditoriamente, simbolizariam a mulher. Segundo Scott, aos historiadores interessa

particularmente analisar a representação evocada em estreita ligação com o contexto da evocação. Dessa forma, investigam-se os jogos de ocultamento e legitimação das representações simbólicas.

O segundo elemento diz respeito aos conceitos normativos que, retomando a crítica de Scott a Oxford e à academia francesa, trabalhariam no sentido de fixar um sentido ou alguns sentidos de determinada representação simbólica. Diversas instituições estariam envolvidas nos regimes de normatização dos sentidos disponíveis para cada representação. Como produto desses regimes, surgiriam as oposições binárias, reprimindo um dos seus elementos e declarando o outro a única verdade possível. Trabalhar com a desconstrução das oposições binárias significa questionar o aparente consenso social trazido pela historiografia oficial nas narrativas das épocas.

Scott observa que uma das importantes contribuições do feminismo está em destacar a construção do masculino e feminino a partir da dinâmica das oposições binárias. O feminino é identificado ao termo negado e hierarquicamente inferiorizado; por seu turno, o masculino se cola ao único possível e autêntico.

Como terceiro elemento, Scott traz as instituições ou organizações sociais, ou seja, mercado de trabalho, educação, sistema político, etc. O que se objetiva é estender a utilização do conceito de gênero para além da esfera privada, da família e do parentesco. Diversas razões apontam para a necessidade dessa extensão: a divisão sexual do trabalho, o sufrágio universal masculino, a educação voltada às características tidas como tipicamente femininas, entre outras.

O quarto elemento trata da questão da identidade subjetiva. Após as considerações sobre os aspectos positivos e negativos da contribuição psicanalítica a esse tema, Scott indica o procedimento a ser adotado pelos historiadores na análise da identidade subjetiva. O historiador deveria, resumidamente, situar historicamente a construção das identidades de gênero, não se apoiando em modelos interpretativos prévios – que muitas vezes obliteram uma compreensão situada.

No que diz respeito à sua teorização, Scott concebe o gênero enquanto uma “forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989/Trad.1991,

p.16). Na tentativa de exemplificar sua teoria do gênero, a autora precisa que, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas, o gênero seria um campo primeiro e persistentemente ativo de articulação de poder. Logo, as primeiras concessões e proibições da nossa cultura se referenciaríamos em concepções de papéis de gênero diferenciados.

Contudo, apesar da relação crítica da teoria do gênero com as normas de gênero da cultura, Scott ressalva que “essa parte da definição poderia parecer como pertencendo à seção normativa da [sua] argumentação, mas não é bem assim, porque os conceitos de poder, mesmo que reforcem o gênero, nem sempre dizem respeito literalmente ao gênero em si mesmo” (SCOTT, 1989/Trad.1991, p.16).

Dessa forma, o gênero articularia relações de poder que não necessitariam em seus desdobramentos de uma ligação direta com o gênero em si. Relações de poder, construídas a partir do gênero, se fazem sentir em diversos campos sociais, nem sempre vinculados ao gênero. Isso demonstra a extensão do alcance das relações de poder oriundas do funcionamento do gênero na cultura.

Para refletir sobre o alcance das relações de poder formuladas pelo gênero, Scott recorre a Pierre Bourdieu. Bourdieu, em síntese, propõe como a divisão do mundo, fundada em diferenças biológicas entre machos e fêmeas referentes ao trabalho e à reprodução, produz uma poderosa ilusão coletiva. A partir do compartilhamento dessa ilusão, o gênero estrutura a percepção e organiza concreta e simbolicamente toda a vida social.

Portanto, não há um domínio específico reservado à categoria analítica de gênero: a teorização de gênero de Scott comporta uma dimensão estruturante do social. Tanto a alta política, quanto a dita esfera doméstica são estruturadas pelo gênero. “A política só constitui um dos domínios onde o gênero pode ser utilizado para análise histórica” (SCOTT, 1989/Trad.1991, p.17).

O esforço teórico de Scott objetiva demonstrar o amplo alcance da categoria analítica de gênero. Com esse fim, a desvincula de qualquer tema tipicamente feminino ou relacionado às mulheres. Somente desse modo,

vislumbra-se uma resposta contundente às questões conceituais da história oficial, mostrando a diferença que faz uma leitura analítica de gênero.

Referências

SARDENBERG, Cecília M.B. "A Mulher e a Cultura da Eterna Juventude: Reflexões Teóricas e Pessoais de uma Feminista Cinquentona". In: Enilda Rosendo e Silvia L. Ferreira (orgs.), *Imagens da Mulher na Cultura Contemporânea*, Salvador: NEIM-UFBA, 2002.

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil para análise histórica". Recife: SOS: Corpo e Cidadania, 1991. Tradução do original: New York, Columbia University Press, 1989.

TILLY, Louise A. "Gênero, história das mulheres e história social". Campinas: *Cadernos Pagu*, 1994, pp. 29-62. Tradução do original, 1990.

GT - Teoria Feminista

Rita de Cássia Almeida Santos²⁷

PPGNEIM/UFBA

Palavras-chave: Patriarcado. Relações de Gênero. História contemporânea.



O patriarcado metamórfico e o conceito de gênero

Introdução

“A única coisa que devemos à história é a tarefa de reescrevê-la”, esta frase de Oscar Wilde é tão instigante quanto perigosa, pois não implica numa negação despropositada dos eventos do passado, mas em refleti-los em seus sentidos e significações. Para o estudo das relações de gênero, a assertiva de Wilde ganha tônus, por entender que pensar historicamente é pensar criticamente os sistemas históricos que definiram as hierarquias dos papéis sociais, assumidos como “verdades”. A produção dos sentidos dos construtos sociais tem sido uma incansável busca dos sujeitos em situação de submissão, entre os quais estão as mulheres. Assim, refletir sobre a construção simbólica da realidade pressupõe analisá-la sob os aspectos da ideologia.

Nesse sentido, pensar o patriarcado na contemporaneidade é uma tarefa complexa, porque não podemos prescindir de considerá-lo em suas mutações pelas diferenciações dos contextos históricos, nem também nos perdermos em suas urdiduras por onde passam as relações de gênero, servindo ainda como uma estrutura determinante. Tais considerações constituem-se em mais um paradoxo para quem pretende adentrar pelo estudo de gênero como uma categoria de análise inovadora para o estudo das transformações, reforçada nas palavras de Rowbotham *apud* Machado (2000): “porque justamente constrói ao mesmo tempo

²⁷ Aluna especial do curso de doutorado no PPGNEIM/UFBA – Universidade Federal da Bahia. Graduada em História pela UCSAL – Universidade Católica do Salvador e Mestra em Educação e Contemporaneidade pelo PPGEDUC/UNEB – Universidade do Estado da Bahia. E-mail: ricas.almeida@uol.com.br.

uma relação social-simbólica, sem estabelecer uma mecânica de determinação [...]”.

A motivação por essa discussão e não outra, certamente, parte de um discernimento cuja ascendência obedece a uma trajetória de vida que foi e está sendo construída. Não nasci livre, passei a existir dentro de uma configuração social que me definiu mulher com todas as suas seqüências e conseqüências, conforme afirma Beauvoir *apud* Costa (1998, p.28) “...nenhuma mulher nasce psíquica e mentalmente falando mulher, porém nos convertem, a tradição, os costumes, a cultura, em mulher”. E, para mim, um tema de pesquisa ou estudo é algo vivo, parcial e passional, nas palavras de Nietzsche: “humano, demasiado humano”.

Assim sendo, o objetivo deste artigo é trazer à cena, mais uma vez, o patriarcado, não pela formulação da sua imutabilidade conceitual, mas sem negligenciar o seu poder metamórfico ou no entendimento de algumas autoras o “patriarcado contemporâneo”, a fim de que o debate sobre relações de gênero não seja apenas fios da trama que passam pela rígida disposição do patriarcado, cuja arte final crie a ilusão de diferentes matrizes e matizes sobre a mesma base de definição.

Trata-se de um trabalho que visita e resenha algumas referências bibliográficas, com as quais nem sempre haverá concordância. Mas entendo que a questão pede atenção para a fertilidade intelectual das (os) autoras (es) e as aproximações possíveis que nos auxiliam numa perspectiva que, antes de ser acadêmica, é uma luta política, entendendo política não na sua limitação partidária.

Apreensões sobre o patriarcado

Segundo Saffioti (1998), historicamente, patriarcado é considerado o mais antigo sistema de dominação-exploração, portanto não foi o capitalismo que inventou o patriarcado, mas soube se apropriar dos seus mecanismos e criar uma relação simbiótica entre os diferentes sistemas de dominação-exploração (gênero, racismo e classe). Nesse sentido, a autora traz uma nova leitura para o

patriarcado. No entanto, ela não trata capitalismo e patriarcado como sistemas independentes, mas os considera como estruturas que se integram. Para Machado (2000), baseando-se em Saffioti, Pat e Hugh Armstrong, os conceitos “classe” e “gênero” são utilizados para dar conta das relações capitalistas e das relações patriarcais, respectivamente.

Para muitas autoras feministas, principalmente as conhecidas como mais radicais, o patriarcado é uma instituição de opressão da mulher, baseada na sua capacidade reprodutiva, que gera um desequilíbrio social pela divisão sexual do trabalho, definindo-o como o “sistema sexual do poder”. Sobre a inequivocidade do patriarcado, as evidências e contribuições das teorias feministas foram significativas. Não há dúvida de que o patriarcado é um modo de organização social ou de dominação e opressão contra a mulher.

Tratar do patriarcado, para Pateman (1993), é considerar o contrato sexual ignorado frente ao contrato social, mas é o contrato sexual que traduz a história da sujeição feminina, ou seja, a liberdade prescrita no contrato social cabe apenas ao homem e a sua derivação é a submissão da mulher. Nesse sentido, o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. Desta forma, a liberdade civil não é universal, mas peculiar do masculino e sujeito ao direito patriarcal, gerando o direito político dos homens sobre as mulheres e também sexual na medida em que se apropriam do corpo delas. O contrato não se contrapõe ao patriarcado, pelo contrário tornar-se o meio pelo qual este se constitui.

Argumenta Pateman (1993) que a origem do direito político foi relegada pelos teóricos do contrato que, segundo ela, tem procedência no direito sexual ou conjugal. Portanto, o direito paterno é somente uma dimensão do poder patriarcal. Antes do poder do homem-pai há o direito patriarcal do homem sobre a mulher. Em decorrência, a autora nos chama atenção para outro aspecto sobre o contrato social ser a constituição da liberdade na esfera pública, invisibilizando a esfera privada, lugar definido para as mulheres e, portanto, politicamente irrelevante. Enfatiza a autora que o contrato sexual não está associado unicamente à esfera privada e o patriarcado não se localiza apenas no âmbito privado e familiar, assim

é necessário o cuidado com as dicotomias público/privado, natural/civil, para não se perder de vista as relações entre as esferas e incorrer no risco das fossilizações.

Vale ressaltar que ignorar o patriarcalismo na contemporaneidade é, conforme asseverou Pateman (1993), sucumbir ao trabalho ideológico e político dos teóricos do contrato social. Porém, é preciso identificá-lo em sua forma moderna. Segundo Machado (2000), Carole Pateman entende patriarcalismo tradicional como aquele que “toma o poder patriarcal como origem e modelo (por analogia) de todas as relações de poder e autoridade.” (p. 11). E continua afirmando que a idéia do direito político recria o “patriarcado moderno, fraternal e contratual e que estrutura a sociedade civil capitalista” (p. 11).

É interessante a crítica que Machado (2000) faz a Pateman no que se refere à generalização que esta última faz à ideologia contratualista como forma de ocultar o contrato sexual desigual. Para Machado (2000), os movimentos feministas e as mobilizações das mulheres revelaram a escondida e ilegítima desigualdade de gênero, colocando em discussões debates e embates políticos sobre os valores dos direitos naturais da sujeição sexual. Machado (2000) acredita que o contratualismo tem poderes para subverter o patriarcalismo moderno, pois tem condições para desarmar a legitimidade do direito natural ao poder masculino sobre o feminino, posto que a naturalização e legitimação dos direitos sexuais e paternais não conseguirão se sustentar nas relações sociais contemporâneas, uma vez que tais relações se encontram pesadamente oneradas na contemporaneidade.

Depois de visitar as autoras acima que trazem significativas contribuições sobre o sistema de dominação patriarcal, reflito sobre a construção mental e os efeitos do patriarcado em níveis mais simbólicos, introjectados psicologicamente, congestionando-nos. Questiono-me sobre os efeitos do contrato sexual na inconsciência social. Quantas vezes não me surpreendo com as conseqüências surpreendentes decorridas dessa estrutura de dominação, ainda que, segundo Scott *apud* Costa (1998) “as teorias do patriarcado não explicaram o que a desigualdade de gênero tem a ver com as outras desigualdades”, quando, por

exemplo, me chega a notícia de que um jovem morador de rua assassina a sua namorada, também moradora de rua, por ela ter se envolvido com um outro jovem morador de rua, justificando a sua atitude pela propriedade que ele julga ter da moça. Enfatizo a expressão “morador de rua” porque ele não tem materialmente a estrutura familiar nuclear, embora a tenha muito bem construída em seus processos mentais.

Santos (2007), através de uma expressão de Lispector: *A realidade nos afoga na inconsciência*, indaga a respeito da ausência de consciência ou de congestão psíquico-social:

A realidade ultrapassa o natural e o ordinário. Pede uma atenção que exige de nós um exercício de abstração não pelo alheamento, que nos afoga, mas pela concentração necessária que põe no centro a nossa condição humana. Como observadoras e problematizadoras das relações que se estabelecem entre nós, dasafogar-se da realidade é, estando nela, poder também esquadrihá-la. Em outras palavras, precisamos dela prescindir temporariamente, para nela retornar mais conscientes. Isto não significa a negação de sua concretude, mas de nos descongestionarmos da sua materialidade impositiva. (SANTOS, 2007, p. 101)

A citação acima nos remete ao que nos alerta Scott (2002), o feminismo ao mesmo tempo em que buscava eliminar as diferenças sexuais, defendia as mulheres, e assim acabava paradoxalmente por alimentar a diferença sexual. Esse paradoxo permeou a história do feminismo. Mas o que é o paradoxo? Para a retórica e a estética, o paradoxo é um sinal de capacidade de equilibrar pensamentos e sentimentos completamente contrários uns dos outros e, por extensão, da criatividade poética. Pode ser uma opinião que desafia o que é ortodoxo, ou seja, paradoxo desafia a tradição, transgride a doxa. No que se refere à história do feminismo, pode-se entender paradoxo como elementos constitutivos do próprio feminismo e não estratégias de oposição.

O patriarcado ainda está muito vívido em nossa construção mental, apesar do quanto já foi desvelado, anunciado e criticado. Como nos diz Pateman (1993)

“o fato de sermos mulheres é mais importante do que as nossas diferenças”, ainda que indiscutivelmente tenhamos que respeitá-las. O véu da ideologia do patriarcado pode ter sido arrancado e estejamos no estágio do seu enfrentamento face a face neste contexto contemporâneo. Porém a sua aparência universal ainda lhe dá corpo e favorece a assimilação e identificação social, evidentemente que para isto é necessária a criação de instrumentos que legitimem e dêem coerência a esse “corpus de representação”, que além da explicação e credulidade do real precisa ser orientado para a prática. Eis a ideologia, uma espécie de vírus crônico que penetra tão rapidamente quanto contamina e, quando necessário, se manifesta.

A ideologia, forma específica do imaginário moderno, é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o *aparecer* social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência, por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do real. Fundamentalmente, a ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que nos “ensinam” a conhecer e a agir (CHAUÍ, 2000, p. 3).

Um outro aspecto interessante abordado por Chauí é que a coerência do discurso ideológico encontra coerência no exercício de seu poder sobre os sujeitos sociais e políticos pelas lacunas, pelos espaços em branco, assim como uma espécie de véu que pode não ser deixado cair sob pena da revelação, posto que o ocultamento é a sua razão de existir. Se desvelado, ele se autodestrói enquanto ideologia.

Nesse sentido não significa apenas representar a vida e a prática social, mas também se firmar enquanto um discurso sobre essa prática e essa representação, no qual as representações ganhariam sustentação na própria realidade, ou seja, a maneira como os interesses dominantes são apresentados de forma que pareçam interesses de todos os sujeitos sociais e políticos.

Relações de Gênero: uma construção político-histórica

A compreensão de patriarcado, muitas vezes, confunde-se com o entendimento de gênero, às vezes, dando a impressão de substituição de um termo pelo outro. Nesse sentido o que nos esclarece Machado (2000) é pertinente:

O conceito de gênero não implica o deixar de lado o de patriarcado. Ele abre possibilidades de indagações, muitas vezes não feitas porque o uso exclusivo de “patriarcado” parece conter já, de uma só vez, todo o conjunto de relação: como são e porque são. Trata-se de uma forma de dominação que, ao ser (re) conhecido já (tudo) explica: a desigualdade de gêneros. O conceito de gênero, por outro lado, não contém uma resposta sobre uma forma histórica. Sua força é a ênfase na produção de novas questões e na possibilidade de dar mais espaço para dar conta das transformações na contemporaneidade. O conceito de gênero não veio substituir o de “patriarcado” mas sim, o de “condições sociais da diferença sexual”. (MACHADO, 2000, p. 4).

As discussões e construções em torno dessa diferença entre patriarcado e gênero são importantes, porque o conceito de gênero marca uma tentativa de avançar das biologizações, que enfatizavam as diferenças e lugares sociais pelos aspectos físicos de macho e fêmea. Aliás, definições bem próprias da “naturalidade” das relações patriarcais. Portanto, a construção de gênero impunha-se, conforme nos orienta Saffioti (1992), o regaste de uma ontologia relacional como uma maneira feminista de fazer ciência. Compreender como as representações “homem” e “mulher” se constituíram em um exercício que implica aprofundar as relações entre tais construtos sociais e como produzem distribuição desigual de poder e de autoridade.

O conceito de gênero e sua utilização foram além dos espaços da academia e ganharam espaço político e analiticamente. Evidentemente que tais conquistas foram importantes, mas merecem também críticas, que não serão feitas neste trabalho, pois não é, nesse momento, o seu objetivo.

Do ponto de vista de gênero como categoria de análise, de fazer ciência, dentro das estruturas do fazer histórico androcêntrico, compreender relações de gênero tornou-se uma árdua tarefa para as autoras feministas ou mesmo para autores que se interessavam por esse estudo. A organização, a disposição dos

elementos, o processo de construção dentro dessas epistemes androcêntricas evidenciam as relações de poder, de dominação, de subordinação, sintonizadas com as instituições e práticas cotidianas que ritualizam e tornam solene a organização social falocêntrica. Portanto, como bem adverte Scott (1994, p. 13) “o saber não se refere apenas a idéias, mas a instituições e estruturas [...] é um modo de ordenar o mundo”. Assim, pensar relações de gênero implica em ponderar e, simultaneamente, adiantar-se das diferenças físicas e naturais entre homens e mulheres para os significados, os “comos” as hierarquias de gênero são construídas, autenticadas, refutadas e mantidas.

Nesse sentido, a autora sentiu-se obrigada a imergir na teoria pós-estruturalista e enfrentar suas implicações para uma historiadora social, dificuldades, portanto, de adaptação a esse paradigma, mas importante para a conexão gênero e história. Scott (1994) diz que gênero significa o saber a respeito das diferenças sexuais. Recorre a Foucault para esclarecer esse saber, como sendo o significado de compreensão produzida pelas culturas e sociedades sobre as relações humanas, no caso relações entre homens e mulheres.

A autora reflete sobre a dificuldade em analisar as desigualdades de gênero dentro dos parâmetros da história social. Portanto, uma política feminista mais radical pedia uma epistemê mais radical, principalmente no que se refere a relativizar o estatuto do poder, vincular o saber ao poder e teorizar sobre eles operacionalizando a diferença. Desta forma, a contribuição pós-estruturalista pôde ser proveitosa. Por esse entendimento, a história não é mais a respeito do que aconteceu a homens e mulheres e como reagiram a isso, mas sim a respeito de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidade foram construídos.

Scott afirma que o seu interesse como feminista é com o saber a respeito da diferença sexual, com gênero. Como historiadora, interessa-se pelos significados variáveis e contraditórios atribuídos a diferença sexual, os processos políticos através dos quais esses significados são criados e criticados. O gênero tanto serve para nos fazer pensar sobre a história, sobre os modos pelos quais hierarquias de diferenças foram construídas, quanto para elaborar uma teoria

feminista política. “É repensar a história da política e a política da história” (SCOTT, 1994, p.27).

Observo que Scott opta por uma teoria política que coloque o enfrentamento no núcleo das análises, porque o objetivo não é a perícia do fazer simplesmente, mas o método de análise dos processos “pelos quais os significados são construídos e pelos quais nós constituímos os significados”. (SCOTT, 1994, p. 23). Por esse caminho, é possível vislumbrar alternativas que inibam a fixidez, a clausura, a imobilidade das representações de gênero ou a queixa sabida, repetida e monótona da naturalização pelo sexo. Nas palavras de (LAURETIS, 1994, P. 211) “gênero não representa um indivíduo e sim uma relação, uma relação social”.

O conceito de gênero e o estudo das suas diferenças foram e são significativos como possibilidade no que se refere à problematização das teorias biologistas para uma teoria discursiva da diferença de gênero. No entanto, alertamos Lauretis (1994), pela compreensão de Wendy Hollway, que é preciso indagar-se de que modo tal conquista pode significar mudança, para que o conceito de discurso não venha apenas a substituir o conceito de ideologia e terminar por se ancorar, mais uma vez, nos determinismos sociais.

As relações de gênero estão no terreno das instabilidades. A sua necessidade nasce e convive no próprio paradoxo das representações sócio-sexuais criadas e definidas pela heteronomia e neste universo se faz e refaz nas distenções e na complexidade. Para Lauretis (1994):

[...] o movimento para dentro e fora do gênero como representação ideológica caracteriza o sujeito do feminismo, é um movimento de vaivém entre a representação do gênero (dentro do referencial androcêntrico) e o que essa representação exclui, ou, mais exatamente, torna irrepresentável. É um movimento entre o espaço discursivo das posições proporcionadas pelos discursos hegemônicos e o outro lugar desses discursos: esses outros espaços tanto sociais quanto discursivos, que existem, já que as práticas feministas os (re) construíram, nas margens (ou “nas entrelinhas”, ou “ao revés”), dos discursos hegemônicos e nos interstícios das instituições, nas contrapráticas e novas formas de

comunidade. Esses dois tipos de espaço não se opõem um ao outro, nem seguem uma corrente de significação, mas coexistem concorrentemente e em contradição. (LAURETIS, 1994, p. 238).

A construção do gênero não foi fortuito, imprevisível ou eventual, mas criado político e historicamente, tanto pela militância das mulheres, quanto pelo fazer intelectual por estudiosas, docentes e pesquisadoras. Seguiu-se com os seus equívocos e avanços de compreensão, decorrentes de seus contextos, de numerosas relações de interdependência ou subordinação, de apreensões difíceis. Não obstante, chegamos ao importante esclarecimento de sua força relacional. Nesse sentido, segundo Louro (1997, p. 22), “ainda que os estudos continuem priorizando as análises sobre as mulheres, eles estarão agora, de forma muito mais explícita, referindo-se também aos homens”. Desta forma, as características sexuais terão que ser consideradas na prática social e constituídas no processo histórico.

Outro aspecto relevante, segundo Louro (1997), no estudo de gênero é entendê-lo como constituinte de identidade dos sujeitos, ressaltando-se que o conceito de identidade não pode ser basear em generalizações que ignorem a complexidade de tal conceito, portanto não estão sendo consideradas como identidades fixas e permanentes, mas plurais, múltiplas, que se transformam e podem ser, inclusive, contraditórias. Afirma Louro (1997, p. 25) que “a idéia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o”. As identidades estão sempre se construindo e são instáveis.

A partir das afirmações de Louro, fica evidente a crítica aos sistemas explicativos globais da sociedade, questionando os instrumentos da ciência androcêntrica que se requer imparcial e da produção centrada em um poder inquestionável que subordina o todo social.

Tal subordinação exhibe o binarismo masculino/feminino e a prioridade do primeiro, do qual o outro provém. Ou seja, o masculino se põe em se opondo e o outro feminino é, então, objeto. Isto reforça o lugar fixo para cada gênero. Para Louro (1997) desconstruir essa idéia é perturbar essa relação de mão única, porque os homens e as mulheres que constituem este maniqueísmo são mais do

que estes constructos, se pensarmos em termos de etnia, religião, idade, classe etc. A desconstrução dessa oposição binária nos leva a ampliar a compreensão de diversas formas de masculinidade e feminilidade. Louro (1997) recorre à Teresa de Lauretis para afirmar que “a construção de gênero também se faz por meio de sua desconstrução” (p. 35). E conclui:

Ao aceitarmos que a construção de gênero é histórica e se faz incessantemente, estamos entendendo que as relações entre homens e mulheres, os discursos e as representações dessas relações estão em constante mudança. Isso supõe que as identidades de gênero estão continuamente se transformando. Sendo assim, é indispensável admitir que até mesmo as teorias e as práticas femininas – com suas críticas aos discursos sobre gênero e suas propostas de desconstrução – estão construindo gênero. (LOURO, 1997, p. 35).

Se por um lado o conceito de gênero permite por em questões as formas culturais e sociais fixas, o conceito de patriarcado tende a atar-se às alusões clássicas de dominação familiar, sexual e do poder paternal, definindo a mulher pelas suas características físicas e naturalizando-se para convencimento de seu papel social. No entanto, receio que ainda não há como negligenciar o poder metamórfico do patriarcado e a sua capacidade simbiótica e simbólica de sobrevivência em contextos atuais, sem, contudo, descuidar das reconfigurações que os contratos assumem na contemporaneidade, os quais de alguma maneira vêm desestabilizando formas contratuais mais tradicionais.

Gênero e Patriarcado: dimensões distintas

Observa-se que o patriarcado é entendido como uma situação natural e normal com relação à condição de sujeitamento da mulher pela sua condição biológica e reprodutora. Ou seja, um sistema reconhecidamente de opressão feminina. Uma organização social de reprodução familiar e reforço ao trabalho reprodutivo da mulher.

À medida que a sociedade vai mudando os seus contextos, a ideologia do patriarcado circunscreve-se revestida de características que lhe proporcionam um

lugar histórico. O patriarcado é um engendramento social e cultural que precisa ser desnaturalizado. Nesse sentido, o conceito de gênero não significa secundarizar o patriarcado, pelo contrário, impõe novos questionamentos. Desaprisionar-se das narrativas de naturalização e biologização das relações entre homens e mulheres, como possibilidade de análises que rompa com a naturalização das diferenças sexuais.

Segundo Machado (2000), autoras como Mary Castro, Lena Lavinias e Elisabeth Lobo, consideram o patriarcado mais como uma referência de fundo, mais alusiva do que conceitual, pois

...impossibilita pensar a mudança, quando cristaliza a dominação masculina. Condena a mulher 'ad eterna' a ser um objeto, incorrendo pois, paradoxalmente, no mesmo movimento que as articuladoras do conceito querem denunciar (CASTRO e LAVINAS *apud* MACHADO, 2000, p. 5).

E mais:

A formulação do patriarcado, mesmo relativizada pelas diferenciações históricas, permanece no quadro de referências a uma estrutura determinante, fundada nas bases materiais. De uma certa forma, o patriarcado funda a divisão sexual do trabalho e é por sua vez fundado nas bases materiais da sociedade. (LOBO *apud* MACHADO, 2000, p. 5).

As autoras mencionadas criticam o uso do conceito de patriarcado defendendo o uso do conceito de gênero como uma categoria analítica, capaz de sair das determinações mecânicas e se referir ao caráter fundante da construção cultural das diferenças sexuais.

Por outro lado, Lauretis *apud* Louro (1997) reflete que o significado da diferença sexual termina por colocar em termos de oposição (natureza ou cultura, biologia ou socialização), aproximando-se da velha querela da anatomia-destino. E argumenta que pouco se avança em considerar que a diferença sexual é

cultural, porque o problema permanece, uma vez que as diferenças são concebidas em relação ao homem, o qual se constitui referência do discurso anuído.

Considerar o patriarcado alusivamente ou enfatizar o gênero como condição do que é possível para a trama das relações entre homens, mulheres e homens e mulheres, não pode significar o descuido de deixar de perceber que, nas palavras de Pateman (1993, p. 167), “a sociedade civil como um todo é patriarcal” e as mulheres ainda, apesar de perceptíveis mudanças, se encontram no universo mental e material androcêntrico. São elas mesmas muitas vezes reprodutoras dessa mentalidade.

Tais observações não significam que sobre as mulheres a história só tem enclausuramentos e tutelas. São, aliás, elas mesmas as responsáveis pela não fixidez da sua trajetória, pela militância e reescritura da teoria social adicionando as mulheres até então invisibilizadas.

Soihet (2000) discute que a idéia de dominação como uma afirmação universal não pode ocultar a capacidade de resistência das mulheres, perdendo também a relação dialética. O conceito de dominação precisa ser refinado na tensão entre o social e o político. Portanto, em lugar de ratificar o fato de que a vida política é um espaço de ausência feminina ou minimizar os espaços de intervenção feminina, propor uma reavaliação de diferentes acontecimentos em que as mulheres participam da história. Perceber as mulheres num tempo histórico em que a singularidade do acontecimento é tão importante quanto a repetição dos fatos culturais.

Segundo Haug (2007), todas as práticas sociais na sociedade têm um subtexto de gênero e, portanto, as relações de gênero devem ser incluídas em qualquer análise de compreensão da sociedade.

Conforme Haug (2007, p. 313) “o conceito de relações de gênero deve nos permitir estudar criticamente como os sexos servem para reproduzir o conjunto das relações sociais” e a perceber que o que foi aceito como natural, igualmente formou-se historicamente. O processo social evidencia a não-igualdade presente nas representações dos sexos e as relações de gênero passam a ter a função de

relações reguladoras importantes em todas as formações sociais e ganham centralidade nas questões sobre: divisão do trabalho, ideologia, política, poder, moral, sexualidade, exploração, dominação, religião, linguagem, corpos, sentidos etc.

Relações de gênero e o conceito de patriarcado não se distanciam, mas são distintos. Não há como substituir o conceito de um pelo outro, ou mesmo tornar secundária as discussões em torno do patriarcado, pois as suas reconfigurações no mundo atual ainda evidenciam os seus sinais, mesmo em situações em que o referencial homem-pai, masculino esteja instabilizado. As relações patriarcais em suas novas formas são perceptíveis no contexto atual. O zelo consiste em não atribuir ao patriarcado um sentido totalizador e mecânico, pois empobrece os sentidos contraditórios da própria dinâmica social.

Concordo com autoras, a exemplo de Saffioti que utiliza o conceito de patriarcado e defende a idéia de simbiose patriarcado-racismo-capitalismo, por demonstrar os seus imbricamentos, adequações e conveniências e, ao mesmo tempo, requerer a importância do uso do conceito de gênero como um “processo infinito de modelagem-conquista dos seres humanos, que tem lugar na trama das relações sociais”, propondo uma ontologia relacional como parte integrante de um jeito feminista de fazer ciência.

À guisa de conclusão

O tornar-se mulher ao tempo em que sugere um estado de condução, tendendo aos aspectos da imutabilidade, imprimindo direção a partir de certas regras que perfazem os estatutos de determinado constructo validado historicamente, também pode nos remeter a idéia de recondução, conduzir-se novamente, verter-se, derramar-se, fazer-se, volver, refazer-se.

Parece-me que o caminho percorrido por diferentes mulheres, sua militância, sua faculdade de compreender e traduzir em teoria, em pressupostos, o exercício da sua prática nas fronteiras do próprio construto “mulher”, evidencia a aparente falta de nexos entre observar e viver simultaneamente esta condição. É a

nossa velha conhecida contradição. Mas foi possível e já colhemos bons frutos desse movimento.

Não obstante, a luta política e teórica das feministas cuidou de desvelar, dentro das próprias teorias androcêntricas, os mecanismos de sua opressão, subordinação e sujeição. Os indícios vão compondo a tessitura desse desvelamento histórico. Aranguren (1991) afirma que o surgimento do feminismo foi uma etapa importante para as mulheres se reconhecerem como sujeitos históricos e simultaneamente converterem-se em objeto de estudo histórico, pelo menos para algumas historiadoras, o que representou um marco teórico para a história das mulheres.

Esse texto vem mostrando, pelas diferentes formas de entendimento das autoras, que se faz necessário *desviciar* os estudos feministas das idéias de opressão das mulheres das estruturas patriarcais, posto que no contexto contemporâneo já é possível avançar para questões mais urgentes e transpor a lógica da eterna sofredora. A idéia é de não só reconhecer a imersão das mulheres aos níveis de exploração-dominação, mas de, cada vez mais, problematizá-los.

A meu ver, em que pese isto ser significativo e requerer merecido cuidado por toda trajetória feminista, exige-se atenção ainda maior nas formas metamórficas como os elementos do patriarcado ainda conseguem inter-relação com o todo social, considerando-se, sem dúvida, as mudanças, as instabilidades, as especificidades.

Não podemos nos desprevenir e deixar de considerar que os sistemas patriarcais, capitalistas e as suas degenerescências hierarquizam pessoas e criam disparidades sociais. Se não é aconselhável considerar a história da mulher, mas de diferentes histórias de mulheres, igualmente é preciso refletir em que medida as relações de gênero dão conta de secundarizar a ideologia do patriarcado, se nem podemos afirmar sobre a consciência desse “sistema de opressão à mulher” pelas diferentes mulheres, se tantas ainda repetem o seu regulamento.

A hierarquia de desigualdade ainda traz índices alarmantes de violência contra as mulheres, tanto no nível simbólico quanto no físico. Shoiet (1997)

assevera que a normatização da cultura, da discriminação e submissão feminina constrói uma identidade feminina pela interiorização das normas enunciadas pelo discurso masculino, reafirmadas pela diferença de ordem natural, radical, irreduzível e universal. O que entendo revelar muitas das características da ideologia do patriarcado, e essas evidências não estão sequer esmaecidas neste século.

Assim, entendendo que é procedente e produtora adentrarmos no estudo das novas configurações do patriarcado na dita contemporaneidade, como uma ideologia que ainda marca e forma mentalidade na contramão da emancipação feminina. Embora reconheça que não podemos ficar imersas em na idéia cristalizada da dominação masculina, mas como se metamorfoseia em sua capacidade simbiótica nos novos contextos.

Não se trata, portanto, de uma evocação obsedante, mas entender que ideologia não é uma entidade abstrata que paira sobre nossa cabeça e temperamentalmente nos encarna. Pelo contrário, ela se reproduz materialmente e influencia organicamente estruturas sociais.

Referências

ARANGUREN, Marysa Navarro. Mirada Nueva – problemas viejos. In: LUNA, Lola (org). **Mujeres y Sociedad** – nuevos enfoques teóricos y metodológicos. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1991.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 12 ed. 2ª reimp. São Paulo: Editora Ática, 2000a.

COSTA, Ana Alice. **As donas no poder**. Mulher e política na Bahia. Salvador: Assembléia Legislativa/NEIM-UFBA. Coleção Bahianas, n 2, 1998.

HAUG, Frigga. Para uma teoria das relações de gênero. In: **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. Compilado por Atílio A. Boron; Javier Amadeo; Sabrina González. Ed. 1, Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. In: **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto**: Relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? Brasília: Série antropologia, 2000.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Trad. Marta Avancini. Paz e Terra, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987 (coleção polêmica).

SANTOS, Rita de Cássia Almeida. **Pilar ou “da educação”**: a dimensão educacional na reinvenção do Pilar. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNEB: Salvador, 2007

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio A Gender na Politics of history. In: **Cadernos Pagu**, n 3, Campinas: São Paulo, 1994.

_____. Relendo a história do feminismo. In: **A cidadã paradoxal**. As feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SHOIET, Rachel. Violência simbólica, saberes masculinos e representações femininas. In: **Revista Estudos Feministas**. V 5, nº. 1, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1997.

_____. A história das mulheres cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. In: **Revista Gênero**. NUTEG, v. 2, n 1. Niterói: Eduff, 2000.

GT - Teoria Feminista
Simone Andrade Teixeira²⁸
UESB



As epistemologias feministas e o desafio da produção de um conhecimento feminista.

Introdução

As pesquisas e os discursos das feministas acadêmicas brasileiras vêm contribuindo para a elaboração, planejamento, implementação, execução e avaliação de políticas públicas para as mulheres, especialmente no campo dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos. No entanto, observo que a visibilidade desses estudos nas universidades não corresponde à sua importância. Ainda são poucas as instituições que vêm buscando inserir em matrizes curriculares de cursos de graduação e até mesmo pós-graduação, disciplinas, temas e projetos que desencadeiem um movimento reflexivo sobre os direitos sexuais e os direitos reprodutivos sob o enfoque feminista e/ou de gênero.

Como pesquisar a baixa permeabilidade da academia aos estudos feministas? O que pensam as feministas acadêmicas sobre essa resistência em torno de seus estudos? Porque os estudos feministas sobre o corpo e as sexualidades das mulheres quase não são utilizados em disciplinas que compõem matrizes curriculares que formam profissionais que atuarão com a saúde da mulher?

Os questionamentos acima é que estimulam o meu movimento através do campo metodológico com o intuito de buscar por epistemologias feministas e por métodos que possam me indicar pistas, sinais e até mesmo respostas sobre a resistência da academia às reflexões feministas acerca das mulheres, seus corpos e suas sexualidades. Com o desenvolvimento dessa reflexão teórica, pretendo me subsidiar de conhecimentos necessários sobre as epistemologias feministas, com

28- Doutoranda do PPGNEIM – Programa de Pós Graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher / UFBA.

o intuito de escolher a abordagem teórica que melhor possa atender ao principal objetivo de meu projeto de tese de doutorado, que é o de identificar e compreender as estratégias adotadas por acadêmicas feministas para incorporar a temática dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, em suas atividades docentes.

Entretanto, sei que um caminho conflituoso se apresenta, uma vez que, inevitavelmente, práticas e conceitos cristalizados e alicerçados no pensamento patriarcal serão questionados. Além do mais, ao escolher as teorias feministas para legitimar os saberes produzidos estarei também confrontando a Ciência Moderna, um dos principais alvos da crítica feminista.

O feminismo e a ciência moderna ocidental

O apelo à ciência, para a legitimação de saberes e poderes no campo social veio se acentuando nos dois últimos séculos e, em decorrência desse fato, o uso da ciência vem se modificando. De ajuda esporádica, durante o século XIX e início do século XX, a ciência passou a converter-se, gradativamente, em gerador direto da acumulação e controle econômicos, políticos e sociais. A credibilidade da sociedade na ciência fez Harding (1996, p.16), advertir: “Nas culturas modernas, nem Deus nem a tradição gozam da mesma credibilidade da racionalidade científica”.

A Ciência Moderna forjou-se, quase que exclusivamente, nos pressupostos do iluminismo, tendo o cartesianismo como alicerce e as qualidades de neutralidade e objetividade como pressupostos fundamentais. A separação entre emoção e razão tornou-se necessária para a construção de um conhecimento neutro e calcado na objetividade, reconhecido como científico.

A práxis da Ciência Moderna vem revelando distorções e incitando críticas de grupos organizados contra o racismo, colonialismo, capitalismo, homofobia, dentre outros, que se vêem marginalizados e excluídos perante o caráter da suposta universalidade e neutralidade científicas. Nesse contexto crítico/reflexivo, as críticas oriundas do movimento feminista é que parecem ter tocado a ciência em regiões mais sensíveis, ao ponto de teóricas do feminismo como Schienbinger

(2001), Keller (1996), e Harding (1996), classificarem o conhecimento produzido pela hegemônica ciência moderna, como classista, racista e androcêntrica, cujo sujeito é o homem de classe média a alta, branco e ocidental.

Em suas reflexões sobre o androcentrismo, Schienbinger (2001) destaca que a crítica feminista vem revelando que a exclusão das mulheres no mundo da ciência não deve se encerrar apenas em denunciar essa exclusão. Vem possibilitando descortinar que não só a construção da cultura da ciência, como também do próprio conteúdo dos conhecimentos produzidos, deu-se de forma androcêntrica. Tal fato também foi reconhecido por Grosz (1995, p.86), ao declarar que: “[...] não seria possível simplesmente incluir as mulheres nas teorias nas quais elas foram antes excluídas, já que essa exclusão era um princípio estruturador fundamental e um pressuposto chave dos discursos patriarcais.”

Entretanto, um exercício de prudência e cautela parecem ser ingredientes necessários para abordar a polêmica relação entre o feminismo e a ciência, uma vez que as teorias feministas confrontam parâmetros cristalizados da Ciência Moderna, dentre eles a neutralidade e a objetividade científicas. Enquanto a Ciência Moderna tem como um dos fundamentos básicos a necessidade de impor uma separação entre fatos e valores, as pesquisas científicas feministas assumem-se como políticas, uma vez que visam transformar as relações de gênero. Sobre essa relação, Cecília Sardenberg recomenda:

Pensar em uma ciência feminista – ou em qualquer possibilidade de ciência politizada – requer, como primeiro passo, a desconstrução dos pressupostos iluministas quanto à relação entre neutralidade, objetividade e conhecimento científico. Requer, portanto, a construção de uma epistemologia feminista – de uma teoria do conhecimento – que possa autorizar e fundamentar esse saber que se quer politizado (SARDENBERG, 2002, p.91).

Ao refletir sobre epistemologias feministas, Sandra Harding (1998) destaca que a epistemologia é uma teoria do conhecimento que responde a pergunta sobre quem é o produtor do conhecimento e que também trata das provas necessárias para reconhecer crenças como conhecimento. Ainda segundo a autora, as feministas argumentam que as epistemologias tradicionais excluem a

possibilidade das mulheres como agentes do conhecimento, ao sustentar a tese de que a voz da ciência é masculina e que a história vem sendo contada sob o ponto de vista dos homens, que pertencem à classe ou raça dominantes. Destaca, ainda, que o que permite identificar os traços característicos das melhores investigações feministas não são exclusivamente os métodos de investigação, muito menos uma simples agregação das mulheres aos estudos tradicionais. O que nos permite identificar, então?

Narayan (1997, p.276), ao expor sua perspectiva de feminista não ocidental, destaca que a premissa fundamental da epistemologia feminista é que “nossa posição no mundo, como mulheres, nos torna possível perceber e compreender diferentes aspectos do ambiente e das atividades humanas de forma que desafia o viés masculino das perspectivas aceitas”. Destaca que a epistemologia feminista considera as teorias dominantes como “unidimensionais e profundamente falhas, devido à exclusão e à representação incorreta das contribuições das mulheres” (ibidem) e que “um aspecto importante de seu programa tem sido minar a imagem abstrata, racionalista e universal da teoria científica” (NARAYAN, 1997, p. 277). A autora adverte, ainda, que a epistemologia feminista sugere uma integração das mulheres à produção da ciência e do conhecimento, mas que, entretanto, isso não deverá constituir uma mera adição de detalhes, apenas uma maior participação das mulheres, mas sim uma mudança na própria natureza dessas atividades e sua auto-compreensão.

Segundo Harding (1996), o problema epistemológico para o feminismo consiste em explicar uma situação aparentemente paradóxica e indaga: Como o feminismo pode ser objetivo uma vez que seja tão politizado? Que fundamentos podem sustentar as afirmações feministas? De acordo com Goldsmith-Connelly (1998), uma inquietude comum entre as feministas no campo da epistemologia tem sido o questionamento sobre quem pode ser o sujeito desse conhecimento, o que consiste o conhecimento e o que é conhecível. Sardenberg (2002, p.93), por sua vez, nos adverte que “nossa autoridade epistêmica se batia (e ainda bate?) com a questão da objetividade e neutralidade científicas” até que a construção e teorização em torno das relações de gênero e das novas abordagens à

epistemologia histórica possibilitaram romper com esses impasses. Em outras palavras, Sardenberg (ibidem) nos diz que esses novos estudos vêm pavimentando o caminho para a desconstrução dos fundamentos da ciência moderna, calcada nas filosofias iluministas.

Michèle Barrett e Anne Phillips (1992) concordam que os debates feministas ressaltam a necessidade de desestabilizar os pressupostos fundantes identificados com o Iluminismo e que os estudos feministas afirmam que as supostas afirmativas universais sempre se mostraram parciais ou triviais, pondo em cheque, inclusive, a possibilidade de um pensamento neutro no que se refere a gênero. As autoras alertam, entretanto, para o conflituoso terreno onde estamos pisando, uma vez que o próprio feminismo é produto da modernidade. Assim, a título de não sermos incoerentes, acredito que devemos ser criteriosas (os) ao agirmos como instrumento de crítica da sociedade moderna, uma vez que também temos nossas raízes fincadas na modernidade e que tal crítica deve ser auto-avaliada para ser cuidadosamente emitida.

O feminismo defende que seus estudos e pesquisas devem estar comprometidos com a emancipação das mulheres do jugo patriarcal. Este comprometimento não nega a neutralidade tão necessária para que a ciência feminista possa ser considerada objetiva? Que epistemologia feminista é essa que nega a neutralidade da ciência dominante, e que, ao mesmo tempo, também se assume comprometida com sua causa? Trata-se de uma epistemologia que se reconhece como não neutra? Pode ser considerada legítima por meio dos dogmas da ciência dominante? Como posso fazer diferente e produzir um conhecimento que seja legitimado, me valendo da ciência feminista que, embora não seja ilegítima, ainda clama por reconhecimento em diferentes campos acadêmicos? Tais questionamentos também foram feitos pelos críticos às teorias feministas.

Atenta a essas indagações, Harding (1996) destaca que o feminismo apresentou, ao longo da história recente, três respostas fundamentais sobre a problemática relação entre ciência e gênero: o empirismo feminista, as epistemologias do ponto de vista feminista e as tendências feministas pós-modernas.

O empirismo feminista

Essa corrente teórica sustenta que o sexismo e o androcentrismo são possíveis de serem corrigidos por meio de metodologias já existentes na investigação científica. Admite, então, uma certa confiança na ciência, não a desprezando totalmente. Tal fato é visto por Harding (1996), como uma vantagem estratégica política, pois as reivindicações feministas tornam-se mais fáceis de serem aceitas ao acatarem as normas metodológicas vigentes da ciência, circunscrevendo o problema da má ciência sem atacá-la como um todo.

Entretanto, a referida autora nos alerta de que o suposto avanço estratégico faz com que suas defensoras não percebam que a solução empirista feminista subverte o empirismo em três aspectos fundamentais: em primeiro lugar, a identidade do sujeito deixa de ser irrelevante na busca pelo conhecimento científico, em segundo lugar, a onipotência das normas metodológicas perde vigor e em terceiro lugar se recupera a relação entre ciência e política ao defender que uma política emancipatória pode aumentar a objetividade da ciência.

A seleção dos problemas e a definição do que é problemático nos fenômenos é fortemente determinado pelo gênero, a ponto de Harding (1996) localizar neste ponto a origem do viés androcêntrico da ciência. Assim, as normas metodológicas do empirismo feminista apenas se aplicam para o contexto de justificativa do problema, para comprovação de hipóteses e a interpretação dos dados e não ao contexto do “descobrimento”, quando se identificam e definem os problemas. A referida autora infere, ainda, que o feminismo empirista trata de reformar o que se percebe como má ciência, chamando nossa atenção sobre profundas incoerências lógicas e sobre o que podemos chamar de imprecisões empíricas de epistemologias empiristas.

As produções acadêmicas que utilizaram, ou ainda utilizam, a epistemologia empirista feminista concentram-se mais no campo de pensamento do feminismo liberal. Para Sardenberg (2004, p.26), as feministas liberais “pouco ofereceram em termos de teorizações mais sofisticadas”. Keller (1996), por sua vez, relata que a crítica liberal é a mais simpática à Ciência Moderna, já que não questiona a

concepção tradicional de ciência, nem tampouco sua suposta neutralidade. O feminismo liberal lutou e, ainda luta, pela igualdade de oportunidades e políticas educacionais para as mulheres, além de denunciar práticas discriminatórias em relação à inserção das mulheres no mundo da ciência.

Muitos trabalhos marcados pelo empirismo feminista utilizaram como estratégia a agregação das mulheres como objeto de estudo, privilegiando três tipos de mulheres: as cientistas, as mulheres de vida pública e as vítimas do sistema de dominação e exploração masculinas. Tais estudos, embora tenham conferido visibilidade às contribuições emudecidas das mulheres para a ciência e para a vida pública e revelado seus problemas, não se aprofundaram em torno dos questionamentos acerca da subordinação das mulheres.

Harding (1998) reconhece que a utilização da estratégia de agregação de mulheres pelo empirismo feminista foi insuficiente e que projetos como “mulheres notáveis”, “contribuições das mulheres” e estudos sobre vitimologia contribuíram para que as estudiosas feministas identificassem a inadequação desses enfoques. A autora destaca, ainda, que esses estudos não contribuíram para a compreensão da vida cotidiana da imensa maioria das mulheres além de apresentarem limitações, dentre elas, a de considerar as mulheres como vítimas e não como sujeitos e atrizes sociais.

Linhas de pensamento sempre apoiaram o movimento de mulheres por emancipação. Dentre elas destaco o referencial teórico do feminismo radical e do socialista, reconhecidos como de forte influência Marxista. Ambos contribuíram com teorizações profundas e contundentes sobre a subordinação da mulher ao homem, além de afirmarem que as causas desse fenômeno são estruturais. Essas duas correntes, entretanto, divergem sobre a estrutura determinante dessa origem. Sobre isso, Sardenberg (2002, p.92) destaca que: “para as socialistas, a primazia recai na estrutura capitalista de produção, ao passo que na perspectiva do feminismo radical a determinância maior está na estrutura patriarcal de reprodução”. As reflexões desses grupos é que possibilitaram a emersão das epistemologias do ponto de vista feminista ou perspectivistas.

As epistemologias do ponto de vista feminista

As epistemologias feministas do ponto de vista, influenciadas pelos pensamentos de Hegel, Marx, Engels e Lukács, defendem a superioridade do conhecimento dos subjugados sobre o conhecimento do opressor. Hegel, ao analisar as relações entre o amo e seus escravos, considerou a posição dos escravos privilegiada, uma vez que ao contrário do seu senhor, o escravo tem um campo de observação ampliado, pode conhecer bem as duas posições: a dele e a do seu senhor.

A epistemologia do ponto de vista feminista defende que o conhecimento é socialmente situado. Às mulheres é concedido um privilégio epistemológico de um olhar diferenciado do homem, pois o território masculino é de maior poder.

O aspecto social engendrado na construção do conhecimento é debatido pela teoria feminista do ponto de vista, que tem em Sandra Harding uma de suas figuras centrais. Como marxista, Harding questiona a atividade científica e tecnológica como um modo de produção opressor, ou seja, que, entre outras coisas, tem à frente pessoas – os cientistas, engenheiros – que parecem estar autorizados a fugir à sua responsabilidade social quando produzem um conhecimento altamente privilegiado e voltarem as costas a problemas como criminalidade, fome, racismo, guerras e discriminações de gênero.

Refletindo sobre a crítica à ciência desenvolvida pelas feministas liberais e radicais, Keller (1996) cita que a crítica do feminismo radical é muito mais contundente, pois atinge as 'ciências duras' (hard sciences) ao expor a ideologia científica e, assim, questionar seus pilares, que são os pressupostos de objetividade e neutralidade. Destaca, ainda, para a necessidade de conceber a ciência como produto social, estando, assim, emoldurada por contextos sociais e políticos, além de sua concepção como processo cognitivo. A autora, sem abrir mão de uma forma racional de entender o mundo, sustenta a necessidade de uma objetividade, mas distinta do objetivismo preponderante. Propõe uma ressignificação da objetividade que permita desconstruir, num processo dialógico, a dicotomia objetividade (masculina) / subjetividade (feminina).

Para Harding (1996), os compromissos com os valores e projetos antiautoritários, antielitistas, participativos e emancipadores aumentam a objetividade da ciência. A autora destaca, ainda, que os enfoques epistemológicos do empirismo e do ponto de vista feminista parecem afirmar que a objetividade não vem se incrementando e nem nunca poderá incrementar-se mediante à neutralidade referente aos valores.

A necessidade de manutenção de critérios de objetividade na investigação científica foi apontada por Longino (1990), que sugeriu a construção de uma epistemologia social que deva se apropriar de uma perspectiva de gênero, no sentido de analisar a intermediação das forças sociais na construção e desenvolvimento da ciência. Embora Longino (1990), assim como Keller(1996), atribuam relevância à crítica pós-moderna em direção aos conceitos tradicionais de neutralidade e objetividade, reafirmam sua necessidade, desde que ressignificadas.

Se o conhecimento científico precisa ter objetividade para validar seu conteúdo e, se essa objetividade é conferida pelas mãos de um sujeito pretensamente neutro e desinteressado, numa situação diferente desse sujeito, haveria sua dose de responsabilidade e o critério de verdade pertenceria também à dimensão social. Talvez seja melhor, então, considerar que o conhecimento é alcançado a partir da inter-relação subjetividade-objetividade, que não mais se opõem e podem dialogar.

Haraway (1995), por sua vez, opõe-se à noção tradicional de objetividade, que julga parcial, e acrescenta o adjetivo forte à objetividade, ao que denomina objetividade forte, que é proporcionada pelo ponto de vista feminista. Para a autora, “objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados. [...] apenas a perspectiva parcial promete uma visão objetiva” (Haraway, 1995:21).

Esse saber localizado seria capaz de construir um tipo de objetividade parcial e privilegiada e estaria compreendido no âmbito de uma ação local e, de certa forma, anti-global, situada historicamente, inter-conectada em termos de redes de relações. Nas palavras de Haraway (1995,p.16),

[...]Precisamos do poder das teorias modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro.

García (2002) diz que é complicado definir qual dos pontos de vista femininos seria o mais privilegiado. A vida das mulheres é construída em diferentes contextos históricos e sociais. Além disso, se, como argumenta a autora, a mulher tem esse privilégio por ser um grupo marginalizado, oprimido, o que dizer a partir de categorias como raça/etnia e classe social? A autora adverte sobre a possibilidade de um duplo perigo: ao perigo do essencialismo, o relativismo também pode ser acrescentado. Isso decorre da dificuldade de não se discernir o conhecimento científico como privilegiado em seu conteúdo de verdade em relação a outros ou a consideração apenas de aspectos sociais, desenlaçados do conteúdo empírico, o que coloca a ciência no mesmo patamar de práticas pseudo-científicas e mesmo status de outros tipos de conhecimento. (Cabral, 2002; 2006)

Ao analisar o feminismo perspectivista, Harding (1996) afirma que este também gera suas tensões e indaga: pode haver um ponto de vista feminista quando a experiência social das mulheres é marcada por raça, classe e cultura? Por acaso deve haver pontos de vista de feministas negras, brancas, da classe trabalhadora, da classe profissional, norte-americanas e nigerianas? Ainda segundo a autora, esse tipo de consideração pode levar ao ceticismo pós-modernista.

Cabral (2006), ao analisar a relação das formulações teóricas feministas com a produção da ciência e tecnologia, alerta que Harding (1991), ao defender o perspectivismo feminista, adentra no complicado território da epistemologia sabendo dos riscos que corre. Embora não faça menção ao essencialismo a que também pode tender sua teoria, Harding (1991) se auto questiona se não estaria abandonando a objetividade para abraçar o relativismo. E pergunta: "Ou, alternativamente, não se permaneceria mais firmemente entrincheirado num objetivismo destrutivo que de maneira crescente é criticado por muitas correntes?" (Harding, 1991, p.138).

O feminismo pós-moderno

As filosofias ditas pós-modernas é que têm levado adiante os estudos para a desconstrução dos fundamentos da Ciência Moderna e das filosofias iluministas, revelando descrédito às suas noções de verdade, conhecimento, poder, racionalidade, história, sujeito e linguagem. Nesse contexto, inclui-se o pós-modernismo feminista, que, segundo Harding (1996), nega os pressupostos em que se baseiam as epistemologias do empirismo feminista e do ponto de vista feminista a respeito dos enunciados universalizantes sobre a existência, a natureza e as forças da razão, o progresso, a ciência, a linguagem e o sujeito.

As idéias pós-estruturalistas e pós-modernistas foram sendo apropriadas pelo pensamento feminista, que sob forte influência de Foucault, consubstanciaram o movimento feminista pós-moderno, no qual é nítido o deslocamento de ênfase das análises das coisas para as palavras. Sobre isso, Sardenberg (2004, p.29) destaca:

[...]observamos que na atualidade parece haver uma menor preocupação com questões tais como baixos salários, a não participação da mulher na esfera política, etc, isto é, com as “coisas” (ou fatos) nesse sentido, em relação às “palavras”, aos discursos. Observa-se uma preocupação bem maior agora com a construção do sentido, dos significados, das representações, em suma, com o simbólico.” [...] “Na verdade, até meados da década de 1980, nossas preocupações teóricas e analíticas se voltavam mais para condição feminina na sociedade, para questões mais objetivas, estruturais. Hoje, trabalhamos mais com a questão dos significados, das representações.

Ainda de acordo com Sardenberg (2004), a crítica pós-estruturalista aos fundamentos das teorias modernistas vem incentivado uma tendência quase que predominante para a elaboração de análises de cunho simbólico e de representações. No entanto ela revela que se sente sem chão,

[...]sem uma terra firme em termos epistemológicos. [...] Não existe um ponto de Arquimedes ou uma perspectiva fora da história, tudo é relativo. [...] A idéia por trás disso é o relativismo ao lado da noção de que a experiência é fragmentada. Daí porque a necessidade de fluidez nas análises, ou mesmo de instabilidade das nossas categorias de análises. (SARDENBERG, 2004, p. 29-30).

Os estudos feministas vêm apresentando uma virada para a cultura, para o estudo das representações, para a análise dos processos de simbolização e representação, que é o campo da cultura por excelência. Seus estudos vêm concentrando ênfase nas reflexões e análises dos processos de subjetivação.

Sardenberg (2004) observa que essa virada para a cultura influenciou, também, uma virada metodológica, uma vez que as metodologias quantitativas vêm sendo desprezadas a favor das qualitativas. Adverte, entretanto, para a superficialidade das análises referentes aos estudos e pesquisas que vem acompanhando, nas quais, segundo a autora, há uma tendência a se permanecer na superfície, com ênfase nos discursos, sem a necessária contextualização em relação às estruturas sociais que lhes dão suporte. Recomenda que procuremos entender o quanto as estruturas econômicas, políticas, de parentesco, da família, da sociedade produzem e reproduzem o simbólico e recomenda:

Se as “palavras” são importantes para entendermos como as “coisas” se reproduzem, temos que saber das “coisas” para podermos lutar por transformações para mudar a vida das mulheres. (SARDENBERG, 2004,p.34).

Sobre as tensões trazidas pelo pós modernismo feminista, indaga Harding (1996, p.26): qual a sua forma de revelar as incoerências? “Podemos nos permitir renunciar ao intento de elaborar uma única descrição feminista e autêntica da realidade perante as profundas alianças entre as ciências e os projetos sociais sexistas, racistas, classistas e imperialistas?”

Penúltimas considerações

A intenção das reflexões realizadas ao longo do texto foi a de compreender as diferentes epistemologias feministas, para assim eleger a que melhor pudesse favorecer o alcance do objetivo geral da minha tese. Essa tarefa tornou-se difícil, pois ao longo de leituras e reflexões pude vislumbrar a impossibilidade de beber exclusivamente de uma fonte.

Questiono a baixa permeabilidade da academia aos estudos feministas, em contraponto à inquestionável contribuição desse segmento para o campo dos

direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Dessa forma, pergunto pelas estratégias de incorporação desta temática no seio acadêmico, em especial pelas adotadas por professoras feministas que atuam em disciplinas relacionadas à saúde da mulher.

Considero o campo da metodologia como um arsenal de ferramentas para proporcionar um desenho, um arcabouço teórico-prático a ser seguido para a realização de uma investigação. O desenho metodológico inclui a seleção do problema, a escolha da epistemologia, a produção dos dados, a seleção das leituras e a forma de interpretar os dados produzidos. Num trabalho feminista tais ferramentas são selecionadas e utilizadas de forma que favoreçam a emergência dos signos, uma vez que a cegueira de gênero é um obstáculo a ser vencido e sua revelação não se dá pela utilização de técnicas positivistas e dicotômicas típicas das ciências tradicionais.

Assim, para o alcance do já referido objetivo geral de minha tese, pretendo me ancorar numa epistemologia que me permita a construção do conhecimento em mão dupla, que desde já se admite engajada e comprometida com o preceito feminista de lutar para combater as desigualdades impostas pela construção social de gênero. Uma epistemologia que permita que a construção desse conhecimento seja mais um processo do que um produto, que permita pensar a ciência mais enquanto prática do que conteúdo, que me permita concordar com Longino (1990) ao sugerir que em vez de lutar por uma ciência feminista, se lute por uma forma feminista de fazer ciência.

Prefiro me ancorar numa epistemologia que permita meu envolvimento com o objeto de estudo, favoreça a expressão das subjetividades, mas ao mesmo tempo valorize as estruturas que dão suporte aos signos. Assim, considero que a epistemologia que reúne essas características é a perspectivista ou do Stand Point proposto por Sandra Harding, sem descartar, entretanto, a possibilidade de outros olhares.

Acredito que tal formulação teórica me permitirá resgatar as mulheres como produtoras de conhecimento e imprimir em meu estudo/pesquisa a premissa fundamental da epistemologia feminista descrita por Narayan (1997) na qual

“nossa posição no mundo, como mulheres, nos torna possível perceber e compreender diferentes aspectos do ambiente e das atividades humanas de forma que desafia o viés masculino das perspectivas aceitas”.

Buscarei também, ancorada na epistemologia do Stand Point, ser objetiva e ao mesmo tempo engajada e politizada, amparada em argumentações de gênero que me permitam questionar a objetividade e neutralidade da Ciência Moderna. Adotarei a proposta do conhecimento situado sugerido por Haraway (1995), dotado de objetividade forte (HARDING,1996) e reconhecadora de que os compromissos com os valores e projetos antiautoritários, antielitistas, participativos e emancipadores aumentam a objetividade da ciência.

Concordo com Longino (1990) e Keller(1996) ao defenderem a necessidade de objetividade na ciência, desde que ressignificada: que admita que tanto os fatos quanto os valores são produzidos no campo conflituoso do tecido social, alinhavados por um emaranhado de variáveis simbólicas de gênero, raça, classe, geração, onde dominados e dominadores se revezam no exercício dos seus macro, intermediários e micropoderes. Assim, uma avaliação com objetividade requer, portanto, uma leitura dos fatos contextualizados aos seus fatores determinantes orquestrados por atores sociais.

Procurarei não esquecer a advertência de Barret & Phillips de que ao criticar a ciência moderna não esqueçamos que a teoria feminista também é fruto da modernidade. Também me lembrarei de que o feminismo empirista, do ponto de vista e pós-moderno não são necessariamente excludentes e que a interseção de seus olhares pode ser enriquecedora. Aqui resgato a recomendação de Bila Sorj (1992) que ao avaliar o feminismo na encruzilhada entre a modernidade e a pós modernidade, sugere às feministas modernas que encontrem antídoto para tendências totalizadoras e até intolerantes no discurso pós-moderno, e, ao mesmo tempo aconselha as pós-modernistas a reconhecerem a importância da trajetória da modernidade como campo unificado do social que continua presente e que demanda esforços na identificação de denominadores comuns, além da afirmação de particularidades.

O feminismo vem utilizando, preferencialmente, ferramentas metodológicas que propiciem uma análise qualitativa dos dados, a exemplo da escuta, observação de comportamentos e verificação de registros históricos. Dentre essas estratégias metodológicas destacam-se as ferramentas de escuta para o fim específico de dar a voz às mulheres, o que se enquadra em minhas pretensões para a produção dos dados empíricos de minha pesquisa.

Mas porque dar voz às mulheres? A história contada pelas mulheres pode contribuir e conferir maior fidedignidade aos fatos históricos e ressignificar a vida e a contribuição das mulheres. Ana Lau Jaiven (1998) defende que se desejamos recuperar experiências subjetivas e formas de conhecimento dos sujeitos investigados o uso de técnicas qualitativas se impõem e as entrevistas de histórias de vida são as que mais favorecem o alcance desse objetivo.

Preocupada em conferir à minha pesquisa o status de feminista, estarei atenta a três questões fundamentais que devem envolver a produção dos dados por meio da história das mulheres: 1- Buscar o que permite o funcionamento de um simbólico que naturaliza a submissão das mulheres; 2- Discutir a dicotomia natureza-cultura e 3 - Promover a revalorização de conceitos centrais da historiografia moderna. Tais questões têm levado a reconsiderar o conhecimento tradicional e a construir uma série de categorias para analisar as mulheres enquanto sujeito: gênero como categoria de análise da relação entre os sexos, a diferença sexual e uma forma alternativa de examinar o corpo. (JAIVEN,1998, p.188-9). Portanto é prioritário conhecer nosso lugar, como se transmitem as tradições das práticas sociais e como transformá-las.

Enfim, ao concordar com Harding (1996, p.81) de que “A ciência não é só um conjunto determinado de enunciados nem um método único, mas um conjunto global de práticas significativas”, buscarei promover espaço para a subjetividade e a revelação dos silêncios e signos, numa clara demonstração de que uma epistemologia feminista não despreza a emoção enquanto via de conhecimento. Afinal, como disse a Saffiotti (1992, p.208) “a emoção pode muito bem fecundar a razão”.

Referências

BARRET, Michele; PHILLIPS, Anne. Introduction. In: BARRETT, M.; PHILLIPS, A. (Eds.). **Destabilizing theory: contemporary feminist debates**. Stanford: Carolina Univ. Press, 1992.

BAZZO, Walter Antonio, LINSINGEN, Irlan von Linsingen e PEREIRA, Luiz Teixeira do Vale. (orgs.) **Introdução aos Estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade)**. Madri, OEI, 2003.

CABRAL, Carla Giovana. Pelas telas, pela janela: o conhecimento dialogicamente situado. **Cad. Pagu.**, Campinas, n. 27, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 04 June 2007. Pré-publicação.

_____. Educação Científica e Tecnológica + Gênero: investigando o caráter situado do conhecimento. Trabalho apresentado no Seminário **Fazendo Gênero 5**. Anais. Florianópolis, UFSC, 2002.

_____. Investigando o caráter situado do conhecimento: epistemologias feministas e educação científica e tecnológica. **Revista Educação & Tecnologia** (3), Curitiba-PR, 2006.

GARCÍA, Maria Marta e PÉRES SEDEÑO, Eulalia. Ciencia, Tecnología y Género. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología, Sociedad y Innovación** (2), Madrid, OEI, 2002.

GARCÍA, Maria Marta. Género y Conocimiento. In CEREZO, J. A. L. e RON, J. M. S. **Ciencia, Tecnología, Sociedad y Cultura en el Cambio de Siglo**. Madrid, Editorial Biblioteca Nueva, 2001.

GARCÍA, Maria Marta; CEREZO, José A. López; LÓPEZ, José L. Luján. **Ciência, tecnologia y sociedad: uma introducción al estudio social de la ciência y la tecnologia**. Madrid, Editorial Tecnos, 1996.

GOLDSMITH-CONNELLY. Feminismo y investigación social. Nadando em águas revueltas. In.: Eli Bartra (org.). **Debates em torno a uma metodologia feminista**. México, D.F.:UNAM, 1998, p.35-62.

GROSZ, Elisabeth. Que és la teoria feminista? **Debates Feministas**. México, D.F., Ano 6, v.12, p.85-105, out.1995.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminino e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/ Unicamp, 1995.

HARDING, Sandra. **Whose Science Whose Knowledge? Thinking from Women's lives.** Ithaca, Cornell University Press, 1991.

_____. **Ciencia y feminismo.** Madrid: Ediciones Morata, 1996.

_____. Existe um método feminista? In.: Eli Bartra (org.), **Debates em torno a uma metodologia feminista.** México, D.F.: UNAM, 1998, pp.:09 a 34.

JAIVEN, Ana Lau. Cuando hablan las mujeres. In: Eli Bartra (org.), **Debates em torno a uma metodologia feminista.** México, D.F.: UNAM, 1998, p.185-198.

KELLER, Evelyn Fox. Feminism and Cience. In.: KELLER, Evelyn Fox; LONGINO, Ellen E.(Eds.). **Feminism & Science.** Oxford: Oxford University Press, 1996. p.28-40

LONGINO, Ellen. **Science as social knowledge.** Values and objectivity in social inquiry. Princeton/NJ: Princeton University Press, 1990.

NARAYAN, Uma. O projeto da epistemologia feminista: perspectivas de uma feminista não ocidental. In.: Alison M. Jaggar & Susan Bordo (orgs.), **Gênero, Corpo e Conhecimento.** Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, pp.:276-290.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: A. O. Costa e C. Bruschini (orgs.). **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, pp.: 183-215.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In.: COSTA, Ana Alice , SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Orgs.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia.** Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. 320p.- (coleção Bahianas;8).

_____. Estudos feministas: um esboço crítico. In.: Célia Chaves Gurgel do Amaral (org.). **Teoria e Práxis dos Enfoques de Gênero.** Salvador/Fortaleza: Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero – REDOR. Núcleo de Estudos sobre Gênero, Idade e Família – NEGIF/UFC. 2004.

SCHIENBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução de Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SORJ, Bila. O Feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: A. O. Costa & C. Bruschini (orgs.). **Uma Questão de Gênero.**

Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992. p. 15-23.